

UNIVERSIDADE ABERTA



***Lendas Sintrenses Recolhidas e Relatadas por Luiz da
Cunha de Oliveira – divulgação e estudo da obra***

Carla Maria Ribeiro Sá

MESTRADO EM ESTUDOS PORTUGUESES MULTIDISCIPLINARES

2020

UNIVERSIDADE ABERTA



***Lendas Sintrenses Recolhidas e Relatadas por Luiz da
Cunha de Oliveira – divulgação e estudo da obra***

Carla Maria Ribeiro Sá

(estudante nº 1402344)

MESTRADO EM ESTUDOS PORTUGUESES MULTIDISCIPLINARES

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ORIENTADA PELA PROFESSORA DOUTORA
ISABEL BARROS DIAS**

2020

RESUMO

Este tema surgiu a partir da descoberta de um texto datilografado, ainda por editar, cedido por Eugénia Martins, viúva de Consiglieri Martins, à Biblioteca Municipal de Sintra. Pretende-se assim proceder à divulgação desta obra, complementada pelo respetivo estudo.

O trabalho que agora se apresenta, no que ao estudo se refere, centrou-se na apresentação dos Testemunhos Orais, recolhidos na obra em estudo, entendendo-os como forma de conhecimento, dado que se trata de textos que têm como característica comum a pesquisa de explicações para o enigma que envolve a vivência humana.

De índole fantástica e/ou fictícia, as lendas combinam factos reais e históricos com factos irreais que são meramente produto da imaginação humana. Um pouco por todos os países do mundo, as lendas frequentemente fornecem explicações plausíveis e, até certo ponto, aceitáveis para acontecimentos que não têm explicações científicas comprovadas, como eventos misteriosos ou sobrenaturais. É precisamente esse o carácter das lendas recolhidas por Luiz da Cunha de Oliveira, que aqui apresentamos e estudamos.

Ao refletir sobre a recolha e relato das Lendas e Tradições recolhidas no concelho de Sintra, na década de sessenta do século passado, este trabalho procura também perceber as interseções entre a história e a literatura. Acreditamos que esta via de estudo possibilita uma maior flexibilidade para se pensar a história e os vários elementos que formam a sua representação, bem como possibilidades alternativas de produção de conhecimento, nomeadamente no quadro da história de um concelho.

A pesquisa apoia-se numa abordagem metodológica qualitativa de análise literária e de procedimento histórico, incidindo o processo na pesquisa documental, no estudo do conteúdo da obra e numa entrevista exploratória.

Palavras-chave: Património Oral e Tradicional; História oral; História local; Memória.

Abstract

This theme arose from the discovery of an unpublished typed text, offered by Eugénia Martins, Consiglieri Martins' widow, to the Sintra Municipal Library. We intend to disseminate and study this work.

The work that is now presented, regarding the study, focused on the presentation of the Oral Testimonies, collected in the work under study, understanding them as a form of knowledge, since they are texts that have as common characteristic the research of explanations for the riddle surrounding human experience.

Fantastic and / or fictional, legends combine real and historical facts with unrealistic facts that are merely the product of human imagination. Across the world, legends often provide plausible, and to some extent acceptable, explanations for events that have no proven scientific explanations, such as mysterious or supernatural events. This is precisely the character of the legends collected by Luiz da Cunha de Oliveira, that we now present and study.

By reflecting on the collection and reporting of Legends and Traditions collected in the municipality of Sintra, in the sixties of the last century, this work also seeks to understand the intersections between history and literature. We believe that this way of study allows for a greater flexibility to think about history and the various elements that make up its representation, as well as alternative possibilities of knowledge production, namely in the context of the history of a municipality.

The research is based on a qualitative methodological approach of literary analysis and historical procedure. The process focuses on documentary research, on the study of the content of the work and on an exploratory interview.

Keywords: Oral and Traditional Heritage; Oral History; Local History; Memory.

AGRADECIMENTOS

Um agradecimento especial à Professora Doutora Isabel Barros Dias pela sua orientação, disponibilidade e motivação.

À Biblioteca Municipal de Sintra, pela cooperação e acessibilidade aos documentos solicitados.

À Doutora Maria Teresa Caetano pela generosa entrevista.

Ao Doutor Francisco Hermínio dos Santos por toda a ajuda prestada.

À minha família, pela compreensão manifestada ao longo deste percurso.

INDICE

Introdução	7
Capítulo I- Enquadramento da obra	
1.1 Alguns pressupostos sobre a literatura oral.....	10
1.2 Informações sobre o autor: Luís da Cunha Oliveira.....	12
Capítulo II- A Literatura Oral e Sintra	
2.1 Preservação, divulgação e função da literatura oral.....	15
2.2 Contributos para a valorização da história local e oral.....	20
CAPITULO III- Entrevista	22
CAPÍTULO IV- Estudo da obra - <i>Lendas Sintrenses</i>	
4.1 Enquadramento.....	28
4.2 Estudo da obra- <i>Lendas Sintrenses: Recolha e relato de Luiz da Cunha Oliveira</i>	30
4.3 Possíveis fontes e ancoragens na realidade.....	35
Conclusão	58
Bibliografia	60

ÍNDICE DE IMAGENS

Imagem 1- Quinta do Molhapão-----	38
Imagem 2- Torre do solar de Ribafria-----	40
Imagem 3- A indignada nota de J.L. Vasconcelos sobre a venda para o estrangeiro do Colar de Sintra-----	41
Imagem 4- Cabo da Roca-----	43
Imagem 5- Fonte dos noivados-----	46
Imagem 6- Palácio de Seteais-----	51

Introdução

No presente trabalho, pretendemos promover o reconhecimento e a valorização do património oral, bem como contribuir para a sua preservação e conservação, sensibilizando para a pertinência da salvaguarda dos patrimónios histórico e cultural, que caracterizam a identidade, seja ela local ou nacional.

O autor de que nos ocuparemos é um ‘curioso’ de lendas e narrativas locais que elaborou um pequeno ‘bragal’, (como lhe chama no preâmbulo) enquanto calcorreava as povoações do concelho de Sintra. Este trabalho encontra-se escrito à máquina, e está atualmente depositado na Biblioteca de Sintra.

Apesar de nunca ter sido editado ou mais detalhadamente estudado, o seu nome tem sido referido na bibliografia de autores como Maria Teresa Caetano, em *Literatura oral na região de colares* (1993); Susana Realista, em *Memória social e as lendas* (2006) ou Miguel Boim, em *Sintra Lendária* (2014).

A metodologia de investigação seguida (predominantemente de carácter qualitativo) foi definida com base nas questões que se pretendem investigar, uma vez que são estas que determinam o quadro conceptual e a metodologia a seguir.

Embora o paradigma qualitativo esteja a ganhar terreno em relação ao quantitativo, um grande número de autores chama a atenção para as vantagens que se podem obter com “a combinação de métodos vindos dos dois paradigmas” (Fragoso, 2000: p. 16).

Um investigador que recorre à investigação qualitativa considera a Cultura sempre ligada a valores, problematiza a objetividade da avaliação, valoriza mais os processos do que os resultados e ainda o carácter dinâmico e subjetivo da realidade.

Atendendo ao âmbito da presente investigação e aos seus objetivos, decidiu-se por uma abordagem metodológica qualitativa e os instrumentos escolhidos para a recolha de dados foram a entrevista e a análise de documentos.

Decidir o tipo de entrevista a ser realizada depende dos objetivos do trabalho. Em geral, a escolha de entrevistas temáticas é adequada para o caso de assuntos que têm um estatuto relativamente definido na trajetória de vida dos participantes como, por exemplo, um período determinado cronologicamente, uma função desempenhada

ou o envolvimento e a experiência em acontecimentos ou conjunturas específicas. “Nesses casos, o tema pode ser de alguma forma ‘extraído’ da trajetória de vida mais ampla e tornar-se o centro e objeto das entrevistas” (Alberti, 2005: p.18).

Optou-se pela realização de uma entrevista à coordenadora do “Núcleo de Património Histórico e Roteiros da Divisão de Cultura” de Sintra com o objetivo de contribuir para o alargamento do conhecimento relativo à recolha feita pelo autor, pois uma entrevista “ajuda-nos a melhorar o nosso conhecimento [...] e pode, ainda, fazer surgir questões insuspeitas que ajudarão o investigador a alargar o seu horizonte e a colocar o problema da forma mais correta possível” (Quivy & Campenhoudt, 2003: p. 45).

“O planeamento da entrevista é uma situação que se impõe como em qualquer outra tarefa de investigação” (Carmo & Ferreira, 1998: p. 234). Para a planificação da entrevista foram pensados os seguintes procedimentos: a definição de objetivos, bem como a construção de um guião, no qual foram operacionalizadas as categorias adequadas à investigação em curso.

A análise documental é outra técnica usada na obra. Esta pode ocorrer através de consulta de bibliografia relacionada com investigações desenvolvidas sobre problemáticas afins e análises dos temas mais recorrente na obra em estudo, neste caso, tendo em conta o seu contributo para a preservação do património cultural tradicional.

Capítulo I
Enquadramento do estudo

1.1 Alguns pressupostos sobre a Literatura Oral

A importância da literatura oral é, hoje, amplamente reconhecida e considerada como o princípio da identidade de um povo, capaz de demonstrar realidades, bem como de reconstruir comportamentos e sensibilidades de épocas passadas.

Leite de Vasconcelos, na introdução da sua obra *Tradições Populares de Portugal* (1882), receava que considerassem a literatura oral “uma coisa fútil, ou, quando muito, um assunto de simples curiosidade” (p.7). Contudo, o movimento dos *Annales* (1929-1969), que rompe com a historiografia tradicional, dá-lhe a elasticidade necessária para a abordagem de diferentes objetos na pesquisa histórica, sob múltiplos aspetos e circunstâncias. Assim, a história oral ganha importância, nomeadamente, no que concerne ao resgate da memória:

[...] a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos (THOMPSON, 1992: p. 17)

Validando o pensamento anterior, Freitas afirma:

[...] entendo que a história oral não é uma outra história, ou uma nova história. Em meu entender a história oral deve ser vista como uma metodologia de pesquisa, o que significa pensar nela como articuladora de conteúdo teórico e prático. Contudo, trabalhar com o relato oral não significa desvalorizar as fontes escritas ou colocá-las em segundo plano, mas entender que uma complementa a outra. (FREITAS 2002: p. 2).

No artigo de Dominique Ottavi, “Mito e alteridade Infantil”, traduzido para o português por Marília Etienne Arreguy, a autora apresenta o ponto de vista de Arnold Van Gennep sobre o valor pedagógico dos contos e sobre o seu ponto de vista evolucionista: para ele, o folclore é útil, pois está ligado às atividades de um povo, mas deixa de o ser quando esses modos de vida mudam e evoluem. Menciona ainda outra evolução, aquela que tem origem no mito e se encaminha para o conto: o conto relatado ‘por deleite’, que transmite e constitui o património cultural do povo.

É assim que os contos, para Van Gennep, mantêm a memória de uma moral antiga em que prevalece a influência de fenómenos naturais que encerram uma 'moral realista'.

Ainda neste artigo, vemos que a lenda, para Gennep, tem essencialmente um aspeto etiológico exercendo várias influências na nossa tradição oral. Como característica principal, a lenda apresenta factos alegadamente ocorridos, sendo que pode ser situada num tempo e num local específicos. Haverá, de facto, em cada lenda um fundo de verdade que se vai esvanecendo com o tempo — os detalhes vão sendo substituídos ou modificados — e resulta então uma história que tem tanto de fantasiosa como de realista.

Assim, a literatura foi considerada por muito tempo, um objeto criado a partir da imaginação, seja de um escritor, seja de um conjunto populacional, não possuindo os requisitos necessários de verdade e legitimidade como fonte de explicação da realidade histórica. Porém, as memórias podem concentrar informações antiquíssimas, ignoradas pela escrita, tendo-se revelado, muitas vezes, de uma fiabilidade inesperada.

A literatura de tradição oral tem exercido o seu papel de conservar as memórias dos indivíduos que recebem as informações e convicções do passado e as veiculam para o futuro. A esta linha acresce a necessidade do indivíduo atual em deixar os seus registos, vestígios e marcas para que, também a partir delas, possam ser reconstruídos os fatos passados da sua vivência e da sua época. Assim, podemos dizer que estamos perante uma cadeia ininterrupta que une os testemunhos mais antigos à atualidade de cada geração.

1.2 Luiz da Cunha Oliveira, autor da obra em estudo

Sobre o autor / coletor, a informação é muito restrita. A partir do assento de óbito² foi possível averiguar que era natural do Estado de Amazónia- Brasil, onde nasceu em 1906, filho de Germano da Cunha e de Joaquina de Oliveira.

Através de um conhecido publicista e divulgador da História de Sintra, Francisco Hermínio dos Santos, conseguimos saber que Luiz da Cunha Oliveira colaborou, durante vários anos com o *Jornal de Sintra*. No final da sua vida, devido a problemas de saúde, esteve destacado no Serviço de Turismo, chefiado na altura pelo Sr. Consiglieri Martins.

A sua permanência no Serviço de Turismo decorreu durante o período em que o Visconde de Asseca, D. António Correia de Sá, foi presidente da Câmara de Sintra (de 1961 a 1968).

Devido à profissão que exerceu, teve um contato muito próximo com a população, nomeadamente com as pessoas mais idosas, as quais, segundo o autor, no seu preâmbulo, sempre teve o cuidado em ouvir e conversar. O autor acompanhou diversas vezes o Visconde de Asseca, nas suas deambulações pelo concelho de Sintra. Essas visitas pelas zonas rurais e o contato com a população inspiraram Luiz da Cunha Oliveira a recolher diversas lendas, tradições, usos e costumes.

Luiz da Cunha Oliveira viria a falecer na freguesia de Algueirão-Mem Martins, (freguesia do concelho de Sintra) em agosto de 1970, com sessenta e quatro anos.

Segundo o que nos foi dito e usando as palavras de Francisco Hermínio dos Santos:

Para além do caderno com a recolha das lendas (que foram dactilografadas por um ex-funcionário do Turismo por mim contactado e que se lembra ter utilizado naquela tarefa, uma máquina de dactilografar Olympia, durante alguns meses) fez outras recolhas sobre temas de Sintra.³

² Assento de óbito nº509 do ano de 1970, conservatória do Registo Civil de Sintra.

³ Email enviado em 30/10/2018 para a autora da presente dissertação.

No *Jornal de Sintra*, consta uma notícia que refere que Luiz da Cunha Oliveira foi colaborador do jornal e que, no fim da sua vida, colaborou com os serviços de Turismo da Câmara Municipal de Sintra na investigação histórica “das coisas locais e regionais em que era, realmente perito.”⁴

⁴ *Jornal de Sintra*, número 2147, 6 de setembro de 1975, p.3.

Capítulo II
A Literatura Oral e Sintra

*Em Sintra não se morre - passa-se vivo para o outro lado.
Porque a morte é impossível no vigor da beleza. E a memória
do que passou fica nela para colaborar.*

Vergílio Ferreira (1998)

2.1 Preservação, divulgação e função da literatura oral

No século XIX, assiste-se a uma maior consciencialização da importância do património cultural. Com efeito, no quadro da expansão da corrente literária do Romantismo, na Europa, surge um movimento de procura das origens nacionais. Todas as tradições próprias de cada povo, hábitos e costumes da sua cultura, assumem uma maior importância. Assim, um pouco por toda a Europa, diversos escritores procuraram inspiração na literatura de tradição oral. Um dos mais notáveis autores, que se destacou nesta área, em Portugal, foi Alexandre Herculano recriando lendas e narrativas medievais. A importância do local e do regional, face ao nacional ganhou relevo e era assim descrita por Herculano:

Os partidos, sejam quais forem as suas opiniões ou os seus interesses, ganham sempre com a centralização. [...] É preciso que o país da realidade, o país dos casais, das aldeias, das vilas, das cidades, das províncias acabe com o país nominal, inventado nas secretarias, nos quartéis, nos clubes, nos jornais, e constituído pelas diversas camadas do funcionalismo que é, e do funcionalismo que quer e que há de ser.

(Herculano, 1982: p. 322-323)

Outros escritores também manifestaram a sua preocupação em não deixar que a memória do povo, enquanto origem comum, se perdesse. Almeida Garrett foi, sem dúvida, outro precursor deste movimento, com a sua edição do *Romanceiro* (1843) e as suas histórias em verso; depois seguiram-se Adolfo Coelho, Teófilo Braga, Consiglieri Pedroso, Leite de Vasconcelos...

Teófilo Braga foi um dos estudiosos que mais se dedicou ao estudo de uma 'literatura popular' e empreendeu uma recolha de contos portugueses que o prestigiou, não só em Portugal, como também na Europa, mais especificamente na Alemanha. Em outubro de 1910, o *Frankfurter Zeitung* publicava o seguinte:

Teófilo Braga, o presidente provisional da República Portuguesa há pouco fundada, assumiu uma situação absolutamente especial na civilização, na poesia e na ciência do seu país. O que ele fez pelo seu povo é nada mais nem nada menos do que a ressurreição do seu passado literário, a reanimação de todas as tendências nacionais e patrióticas como elas sobressaem da lenda e da moral, da poesia e das tradições de Portugal.

(*apud* Braga 2002: p. 15)

Em 1910, Consiglieri Pedroso publica, em Portugal, uma nova recolha de contos. O objetivo implícito da referida recolha, segundo Sousa (2000), é o de “procurar compreender a evolução do espírito humano, causa única e real de todas as transformações na ordem social, na ordem política, na ordem religiosa, etc.” (p. 12).

Esforçando-se por garantir um rigor merecedor desta nova ciência, afirma:

[...] todos os contos que figuram neste volume foram coligidos directamente da tradição oral, de modo que a sua genuinidade é de todo o ponto irrefutável. Para mais seguramente autenticar a sua proveniência e para tanto quanto possível dar carácter científico aos elementos indispensáveis para o estudo crítico das diversas variantes de um mesmo conto, [conservou] cuidadosamente entre as [suas] notas o nome e a profissão do narrador, a sua naturalidade e, todas as vezes que isso foi possível, se sabia ou não ler.

(Pedroso, 2000: p. 33)

Mais tarde, já no século XXI, a preservação da Literatura Oral Tradicional e do Património Cultural imaterial, começa a ganhar novamente relevância e a exprimir-se cada vez mais na realização de encontros, seminários e conferências, decorrente de algumas campanhas por parte da comunicação social sobre este património. Este interesse deve-se também, em parte, à “Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial” (de 2003) que o Estado português ratificou e que entrou em vigor no nosso país em Agosto de 2008.

Numa época em que se vive a era da globalização, implementada pelas grandes potências económicas dos países industrializados (Estados Unidos da América, Japão, China e alguns países ocidentais), que impõe à maioria dos países do mundo profundas

alterações, não só económicas, mas também sociais e culturais, através do progresso vertiginoso dos transportes, das tecnologias de comunicação e dos sistemas de informação, torna-se prioritário salvaguardar o património, preservando as memórias coletivas.

O progresso, o desenvolvimento e a modernização da sociedade levaram à destruição de grandes parcelas do Património Oral e Tradicional, de acordo com Manique & Proença (1994), conduzindo, por sua vez, e como resposta, à ação de determinados indivíduos ou grupos, em defesa do património. Neste sentido, ressalta-se a importância da memória, o fortalecimento da consciência histórica e o sentimento de identidade e de pertença ao meio social, fatores estes que são fundamentais para a construção da cidadania e que, de outro modo, seriam fugazes porque tendencialmente se desvaneceriam com o passar do tempo.

Há ainda a sublinhar a questão da função pedagógica do conto. O sentimento de identidade e de pertença ao meio social é fator fundamental para a construção da cidadania que, de outro modo, seria muito menos forte. Neste contexto, a narração de contos da tradição oral constitui um elemento simultaneamente didático e de coesão, sendo, por isso, fundamental para o desenvolvimento pessoal e social, como atesta Bettelheim:

Lidando com problemas humanos universais, especialmente com os que preocupam o espírito da criança, as histórias falam ao seu ego nascente, encorajando o seu desenvolvimento, enquanto, ao mesmo tempo, aliviam tensões pré-conscientes ou inconscientes (1995: 12-13).

Assim, a confiança na subsistência de um património cultural e identitário comum é de valor inestimável para as sociedades. O conjunto de experiências e de valores é uma das mais significativas heranças que um povo, grupo ou comunidade procura conservar, recorrendo para tal a processos narrativos orais, escritos e simbólicos. Segundo Klacewicz (2009):

Graças à oralidade, foi possível reunir as diferentes experiências das culturas humanas. A transmissão das práticas e impressões e o relato das façanhas heroicas, de fenómenos da natureza, de episódios diários da comunidade de forma fantasiosa e imaginativa tornaram-se valorosas fontes literárias. [...] Conservada pelo povo, onde surge, a literatura oral sofre

modificações temporais e espaciais, assimila novos elementos, toma e empresta material das diversas etnias, mantém-se na memória coletiva e, desvinculada das convenções literárias, atinge a todas as classes invariavelmente, sejam letras, sejam iletrados.

(Klacewicz, 2009: 9-10)

Mais recentemente, Alexandre Parafita publicou uma obra que segue uma linha que nos parece muito fértil no panorama do que se tem publicado em Portugal sobre Literatura Popular de Tradição Oral. Trata-se da obra *Antologia de Contos Populares*, cujo 1º Volume apresenta como subtítulo “Contos Religiosos, Contos Novelescos, Contos de Fadas e Contos do Demónio Estúpido” (2001). Na sequência do que alguns pioneiros na área fizeram, como Leite de Vasconcelos, esta obra tem a preocupação de contextualizar os contos populares que transcreve. Estes aparecem providos do respetivo enquadramento sociológico, ficando o leitor a saber: quem conta, local onde conta, quando conta (ano da recolha), para além de albergar informações sobre o ambiente etnográfico retratado nos contos.

Já Isabel Barros Dias, com a sua publicação, de 2012, de “As fontes ínfimas da historiografia. Remissões para a tradição oral em textos de matriz afonsina” reflete sobre a forma como a tradição oral foi tratada já na época medieval: “Se as tradições orais fossem desconsideradas nunca se teria verificado a sua incorporação na historiografia afonsina da maneira como se verificou” (Dias, p. 494).

Na obra *História Oral-desafios para o século XXI* (conjunto de textos apresentados por conferencistas de diferentes países no “X Congresso Internacional de História Oral”, realizado no Rio de Janeiro, em junho de 1998) são efetuadas várias questões relacionadas com os desafios que o século XXI apresentará à História Oral, as modificações que poderão ocorrer neste terceiro milénio, bem como as abordagens teórico metodológico.

As questões que se deixam e que consideramos pertinentes para também deixar neste trabalho, são: De que forma podemos continuar a preservar e a divulgar a literatura oral? A função da literatura oral sofrerá alterações durante este século? Neste quadro, o presente trabalho procurará contribuir para uma resposta à primeira das duas questões colocadas.

2.2 Contributos para a valorização da história local e oral de Sintra

Sintra é um local com mais de 7000 anos de história, o que se concretiza na existência de inúmeras preciosidades que podemos contemplar, entre vestígios arqueológicos, monumentos, pinturas e obra literárias, da qual foi inspiradora. Estas riquezas valorizam o espírito do lugar, já que depois de tantas ocupações civilizacionais o Homem soube manter-lhes a essência.

O património histórico de uma vila como a de Sintra é o acervo das manifestações produzidas socialmente ao longo do tempo em diversos planos: arte, ofícios, festas, lugares ou na paisagem da própria vila, com seus atributos naturais, os elementos incorpóreos e os construídos.

Preservar o património cultural de Sintra é conservar os indícios da sua história ao longo do tempo e, assim, assegurar a possibilidade da construção dinâmica da identidade e da diversidade cultural de uma comunidade.

A compreensão e valorização da história local poderão constituir um antídoto relativamente a alguns dos efeitos perversos da globalização - que hoje parece monopolizar as atenções.

Atualmente, aos meios de comunicação anteriores, acresce o uso da multimídia que tem um potencial de divulgação que não seria possível apenas através da escrita ou da reiteração de composições orais. A realidade virtual abriu novas possibilidades e experiências à literatura oral que, por sua vez, se expandiu para públicos-alvo que de outra forma não teria alcançado. Assim, foi neste espírito que o “Centro Interativo Sintra Mitos e Lendas” propôs uma viagem pelo misticismo e romantismo da vila, o que se tornou na mais recente atração turística do Centro Histórico, inaugurado em 31 de julho de 2015. O novo espaço está instalado no edifício do posto de turismo da Câmara Municipal de Sintra e tornou-se um local de descoberta da dimensão misteriosa de Sintra,

uma viagem no tempo e no espaço por mitos e lendas que estão na origem da povoação, devidamente enquadrados historicamente, harmonizando realidade e ficção, através de cenografia, multimédia e experiências sensoriais.

A narração de histórias foi sempre uma técnica de transmissão de conhecimentos e sabedorias e, ao mesmo tempo, de puro e simples entretenimento. Assim, a expedição pelos mitos e lendas de Sintra é introduzida por um narrador que começa por explicar o conceito de lenda. Seguidamente, fala sobre o momento da *Criação das Penhas - Lenda dos cinco Altos Nomes iguais e Apelidos Diferentes de Sintra*. As *lendas do Túmulo dos Dois Irmãos* e dos *Sete Ais*, entre outras, são recriadas através de hologramas de dimensões reais que dão espetacularidade à história.

Existe ainda um espaço 4D, que propicia uma experiência multissensorial, complementada por mecanismos de cheiro e vento, onde é explicada a lenda da aparição de Nossa Senhora a uma rapariga muda que pastoreava um rebanho de ovelhas na serra.

O trabalho que agora apresentamos não inclui uma dimensão multimédia. No entanto, esperamos que com a divulgação das lendas *Lendas Sintrenses* recolhidas por Luiz da Cunha Oliveira, alguns destes textos possam vir a integrar esta iniciativa.

CAPÍTULO III

Entrevista

Entrevista estruturada à Professora Doutora Maria Teresa Caetano

Maria Teresa Caetano tem vindo a desenvolver, na Câmara Municipal de Sintra, um intenso trabalho de preservação e divulgação cultural, a par da sua investigação pela antiguidade e mitologia, mas também pela etnografia e literatura oral do concelho.

Temas como a etnografia, a comida, a música, as mezinhas e as orações, entre outros, evidenciam a identidade e o modo de vida das populações do concelho de Sintra, sendo possível conhecê-las e até experienciá-las graças ao trabalho desenvolvido por esta historiadora.

1. Dados Biográficos

Maria Teresa Caetano é Licenciada em História pela Universidade Autónoma de Lisboa, Mestre e Doutorada em História da Arte, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

É investigadora integrada do ARTIS, desenvolvendo atividade no grupo *PATRIMONIUM* (a que pertence desde 2013). Atualmente é Técnica Superior da Câmara Municipal de Sintra onde, para além de outras funções, coordena o Núcleo de Património Histórico e Roteiros da Divisão de Cultura. Tem como principais áreas de investigação o Mosaico romano (Antigo e Tardo Antigo), a Arquitetura do Renascimento, Maneirismo e Estilo Chão.

2. Obras publicadas:

1993 - *Etnografia da Região Saloia, Sintra: A Terra e o Homem*, Sintra: Câmara Municipal de Sintra.

1993 - *Literatura oral na região de Colares*, Sintra: Câmara Municipal de Sintra.

1999 - *Contributos para o estudo das lendas de Nossa Senhora da Peninha*. Sintra: Instituto de Sintra.

2001 - *Paladares sintrenses: um roteiro da alimentação tradicional*, Sintra: Câmara Municipal de Sintra.

2005 - *Do solum ao solar: uma praxis renascentista na Quinta de Ribafria*, Sintra: Câmara Municipal de Sintra.

2014 - *Os jardins de Sintra nos séculos XVII e XVIII*, Évora: CHAIA - Centro de História da Arte e Investigação Artística da Universidade de Évora.

2016 - *Colares, Edição comemorativa dos 500 anos do Foral Manuelino de Colares*, Sintra: Câmara Municipal de Sintra.

2018 - *Mamíferos nos Mosaicos Romanos da Península Ibérica*, Sintra: Caleidoscópio.

1. A sua primeira publicação foi sobre a literatura oral na região de Colares. O que a motivou ao estudo das tradições populares desta região?

Esse pequeno livro foi escrito enquanto ainda estudava na Universidade.

Colares é cheia de tradições lendárias, memória de memórias, testemunhando não a exatidão dos factos lembrados mas as conjunturas culturais em que surgiram, ou em que foram sendo transmitidas de boca em boca ou reinventadas ao longo dos tempos, num longo processo de descoberta.

Enquanto cidadã ativa e interveniente considerei que tinha o dever e a obrigação de preservar e conhecer, descobrir e olhar para os velhos baús de memórias orais que são os nossos antepassados.

O livro é basicamente um compêndio de um calendário de mezinhas, orações que refletiam a vida psíquica e material do saloio da região de Sintra, neste caso específico, Colares.

2. Considera que as lendas são um instrumento que atrai as pessoas à vila de Sintra?

Sim, Sintra está envolta num misticismo e romantismo que potencializa as lendas. A envolvente paisagem cultural em que de praticamente todas as épocas da história portuguesa é possível recolher testemunhos, ganhando ainda mais importância a partir do século XVIII.

Sintra, nesse século tornou-se num lugar nostálgico e misterioso referido em roteiros estrangeiros na segunda metade do século XVIII e durante todo o século XIX; o romântico “Glorioso Eden” de *Lord Byron*; a “Amena estância”, de Almeida Garrett; Eça de Queiroz (Os Maias), entre outros.

Devido ao crescimento do turismo e à procura destes temas a Associação de Turismo de Lisboa, em parceria com a Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa e da Câmara de Sintra criaram o Centro Interpretativo Mitos e Lendas tornando-se assim na mais recente atração turística do centro histórico. É uma forma lúdica de estimular as pessoas que já visitavam a Vila e um plano estratégico de atração turística.

Este centro interativo foi criado para que cada pessoa possa fazer uma viagem pelo misticismo e romantismo da vila, com recurso a técnicas multimédia e experiências sensoriais, num percurso que, em 17 espaços, cruza a realidade e a ficção a várias dimensões.

3. Que importância têm as lendas nos dias?

As lendas, contos populares, folclores, mitos e contos, circulam entre as culturas, são histórias enraizadas na tradição oral, mas há quanto tempo desapareceu o hábito das pessoas se reunirem para ouvir uma boa história?

Hoje em dia, devido a meios tecnológicos que temos ao nosso dispor, os encontros presenciais são, muitas vezes, substituídos pelos virtuais. As histórias, consumidas de outro modo, chegam às crianças através de séries televisivas, desenhos animados ou mesmo jogos de computador. Sabemos que este contacto é uma inevitável consequência da era em que vivemos. É com a Tradição oral, onde estão inseridas estas narrativas, que se faz este paralelo existente entre narrador e ouvinte que na minha opinião se está a perder.

4. Considera que com o desaparecimento das gerações mais velhas, a literatura oral também desaparecerá? Ou pelo contrário, as gerações mais novas conseguirá mantê-la?

A Tradição Oral Portuguesa não diferindo de outros países do mundo, nasceu de variadíssimos fatores. Certamente que a localização geográfica propiciou o contacto com outros povos. Apesar de, nos dias de hoje, termos acesso a várias Lendas, Contos e Mitos, a verdade é que o levantamento da Tradição Oral Portuguesa, só em meados do século XIX começou a ser feito de forma mais séria. Um pouco como por toda a Europa, o Romantismo, época de afirmação de puros valores nacionalistas e tradicionalistas influenciaram a valorização de tudo quanto é crença e costume, bem como da literatura oral.

Em Portugal, nos finais do século XIX e início do século XX surge, por parte de alguns escritores, uma preocupação na recolha e preservação do património oral e tradicional.

Apesar de todas as inovações tecnológicas as histórias da tradição, lendas e mitos, ainda encantam crianças e adultos desde os tempos antigos até hoje. Cada geração tem seu próprio conjunto de valores, ideias, ética e cultura e a tradição oral permite entender essas diferenças geracionais, pode ajudar-nos a entender e preparar o futuro através das narrativas que integram a nossa experiência e construção como cidadãos.

É necessário que tal património não seja esquecido e desvalorizado, sobretudo nas escolas e que haja uma reestruturação para inserir as lendas em plataformas mais acessíveis e apelativas. Assim, as gerações mais novas conseguirão preservar muita da tradição oral.

5. Que importância tem ainda a recolha e o relato de lendas por Luiz da Cunha Oliveira?

A leitura ou a audição de narrativas de tradição oral seja, pela fantasia ou pela componente lúdica que muitas encerram são geradora de interesse e da imaginação de todos os que não perderam a capacidade de sonhar.

Portanto, Luiz da Cunha Oliveira cuidou do património cultural salvaguardando a memória e a tradição Sintrense, reconhecendo que o futuro busca a sua identidade no passado.

Não nos podemos esquecer que esta recolha aconteceu na década de sessenta do século passado, numa conjuntura política / social e económica diferente da atual. Onde o acesso à informação não era tão fácil. O contato que Luiz da Cunha Oliveira estabeleceu com as pessoas da região e que lhe transmitiram esses saberes, proporcionou uma envolvimento e um estímulo à memória dessas pessoas, que de outro modo, toda a informação recolhida poderia simplesmente cair no esquecimento.

6. Existe ainda, todo um património literário que transformou Sintra numa referência quase lendária. Na sua opinião a que se deve tal facto?

Em Sintra, podemos encontrar testemunhos de praticamente todas as épocas da história portuguesa e, obteve uma dimensão que chegou a ultrapassar, pela sua importância, os limites deste território.

No terceiro quartel do século XVIII e praticamente todo o século XIX o espírito romântico dos viajantes estrangeiros e da aristocracia portuguesa redescobrem a magia de Sintra e dos seus lugares, mas sobretudo o exotismo da sua paisagem e do seu clima. Aqui chegaram, William Beckford, Lord Byron e William Burnet que ficam maravilhados com a beleza de Sintra e cuja opinião, descrição, pinturas chegam ao estrangeiro.

É aqui, que a ainda princesa D. Carlota Joaquina, mulher do regente D. João, compra, no princípio do século XIX, a Quinta e o Palácio do Ramalhão. E, ainda o grande empreendimento artístico do século XIX, em Sintra é sem dúvida o Palácio da Pena, obra marcante do romantismo português, iniciativa do rei-consorte D. Fernando II, marido da rainha D. Maria II.

Na própria candidatura de Sintra a Património Mundial/Paisagem Cultural junto da UNESCO, conseguiu-se classificar toda uma área que se assumiu como um contexto cultural e ambiental de características específicas.

CAPÍTULO IV

Estudos da obra - *Lendas Sintrenses. Recolhidas e Relatadas por Luiz da Cunha Oliveira*

4.1 Enquadramento

A vila de Sintra em conjunto com a sua Serra são lugares de riqueza literária popular de tradição oral, sendo que uma parte pode ainda ser recolhida no seu ambiente natural, tornando-se desta forma locais de preservação de lendas.

Existe uma carga mística, de contornos quase sobrenaturais, que envolve Sintra e a sua serra num misterioso paradigma que perdura até aos dias de hoje. Desde tempos remotos, que o ambiente poético e romântico de Sintra atrai e fascina vários artistas de todo o mundo que se deslocam até esta vila em busca de inspiração para as suas obras.

Foram várias as figuras românticas que passaram por Sintra. Da Literatura à Música, a vila de Sintra inspirou várias figuras e deslumbrou outras tantas, com o seu ambiente místico e envolvente. Vultos da cultura romântica nacional e internacional não só deixaram a sua marca em Sintra, mas sobretudo deixaram Sintra marcada nos seus testemunhos culturais.

Envolta numa neblina característica, a Serra de Sintra atrai anualmente inúmeros turistas, não só pela sua proximidade a Lisboa, mas pela sua magnífica beleza natural que acolhe palácios e palacetes, nobres quintas, castelos, misteriosos conventos, sem esquecer a sua histórica vila.

Como refere Miguel Boim (2014) na sua obra *Sintra Lendária*:

A lenda é o excerto de uma vivência que quer ficar agarrada à história [...]. Quando tem a sua ação, o seu movimento, num lugar histórico, a lenda ganha uma eterna noite de silencioso romantismo, um eterno dia de celestial heroísmo.

Mas, quando a lenda tem o seu espaço em terra que a coração de quem passa segreda juras de eterno amor-como Sintra-, é quando na noite, na fantasia, nos mais vividos sonhos entramos.

(Boim, 2014: p.18)

É este o ambiente que enquadra a obra que a seguir apresentamos e cujas características mais destacadas estudamos.

4.2 Estudo da obra: *Lendas Sintrenses- Recolha e relato de Luiz da Cunha Oliveira*

A obra que se apresenta em anexo (em reprodução fotográfica) é uma coletânea de textos que se divide em duas partes. A obra começa por um preâmbulo onde o autor refere o seu calcorrear pelas terras do concelho de Sintra, acompanhado muitas das vezes pelo Visconde de Asseca, e onde recolhia lendas, tradições, usos e costumes das diversas povoações.

A elaboração despretensiosa deste “bragal”, como Luiz da Cunha Oliveira refere, tem apenas a pretensão de dar a conhecer as lendas e “antiquilhas” da sua terra.

Ainda segundo o autor, a escolha destas narrativas prendeu-se com o facto de pretender divulgar lendas menos conhecidas e, tal como refere no seu preâmbulo, “não incluir lendas a que altos espíritos se referiram em notáveis escritos”. Provavelmente, Luiz da Cunha de Oliveira referia-se a nomes como: Frei Agostinho de Santa Maria (1707), Pinho Leal (1873), Visconde de Juromenha (1838), Francisco de Almeida Jordam (1874), Rodrigo Simões da Costa (1941), entre outros grandes nomes que escreveram sobre Sintra.

Para além do enunciado, não conhecemos, ao certo, outras razões para a recolha deste património imaterial. Não sabemos se foi imbuído pelo contacto que teve com a população mais idosa, quando calcorreava as povoações do concelho com o Visconde d’Asseca, ou se foi estimulado pelo seu espírito ‘curioso’, próprio da profissão, ou, eventualmente, se se tratou de uma conjugação dos dois motivos.

A década em que ocorreu esta recolha (anos sessenta do século XX) foi de mudança e transformação, tanto em Sintra como no resto do país. A guerra colonial condicionou a política, cativou os recursos orçamentais e aumentou a severidade da Ditadura. Apesar destes anos de guerra colonial e de emigração, o progresso chegava, mesmo aos locais mais recônditos do mundo rural e Sintra não era exceção. A proximidade às vias de comunicação e, posteriormente, aos caminhos de ferro (a partir da década de 1960), foram também importantes fatores para que a população se fixasse neste concelho. Nesta altura, apesar do número de analfabetos ainda ser elevado na zona

de Sintra (39,9% mulheres e 26,6% de homens), a tradição oral, valorizada no passado, (porque saber ler e escrever não era para todos), passou a ser desvalorizada e a cair lentamente no esquecimento com a alfabetização das classes populares.

Em finais da década de sessenta, segundo informação do Arquivo Municipal de Sintra, houve um aumento exponencial de informação produzida e recebida, o que evidencia uma responsabilidade acrescida no que diz respeito à gestão da informação produzida. Esta informação reafirma, de certo modo, que o trabalho que Luiz da Cunha Oliveira realizou no Serviço de Turismo estaria generalizado a outras áreas.

Não sabemos se algum dos pressupostos apresentados foi o motivo que levou o autor a fazer a recolha deste acervo, mas este gesto contribuiu para preservar uma parte do património imaterial do concelho, no que se refere a lendas.

A recolha realizada foi datilografada, um pouco mais tarde, quando Luiz da Cunha Oliveira exerceu funções no Serviço de Turismo. Estes textos, segundo o que Francisco Hermínio Santos apurou, foram datilografados por outro funcionário que o auxiliava nesta tarefa.

Com a colaboração de Francisco Hermínio Santos, visitámos alguns dos antigos funcionários do Serviço de Turismo que, apesar de a memória já falhar, referiram que foi Consiglieri Martins quem organizou os textos e os guardou porque Luiz da Cunha de Oliveira faleceu repentinamente. Este facto explica o percurso do caderno uma vez que a sua presença na Biblioteca Municipal de Sintra se deve a uma doação da viúva de Consiglieri Martins.

A primeira parte da obra é constituída por catorze páginas e articula-se com um dos trabalhos do autor enquanto jornalista do *Jornal de Sintra*. Acompanhou, em trabalho, por diversas vezes, o presidente da Câmara Municipal, no seu périplo pelo concelho. Enquanto fazia as reportagens sobre estas visitas, a proximidade com as gentes daqueles lugares (e alguns, na altura, bastante isolados), terá suscitado a recolha de lendas, tradições e costumes.

As lendas aqui apresentadas referem-se essencialmente a questões religiosas, tanto cristãs como pagãs, nomeadamente sobre o destino e a metamorfose do diabo. Outro tema recorrente, nesta primeira parte, consiste em lendas que referem a criação e a atribuição de nomes a locais, como mito encaradas, visto que se refere a explicação da criação de algo, e que vão dando a conhecer os locais por onde o compilador passou. Localidades como Rio de Mouro, Janas, Mercês, Belas, Tala (Belas) Cacém, Ral (freguesia de Santa Maria, Sintra), Chão de Meninos (Sintra), Praia da Adraga (Sintra), entre outras, estão representadas nas lendas recolhidas por Luiz da Cunha de Oliveira. Infelizmente, a obra não inclui aqui referências sobre quem contou estas lendas ou de onde foram retiradas.

As lendas que integram a primeira parte da obra são as seguintes:

- “Perpetuando a Terra Natal de Cristo”;
- “Outro Certamente Seria o Rumo”;
- “O Mafarrico Em Disfarces de Mulher”;
- “Assombroso e Trágico Encantamento de Bela Princesa”;
- “Local de Refúgio e Segurança de Inocentes”;
- “Festividade Romana, Mercado Moirisco, Feira Cristã”;
- “A Primeira Comunidade Cristã Sintrense”;
- “Curiosa e Histórica Propriedade”;
- “De Portuguesa e Cristã Vigia a Linda Quinta”;
- “Trocadilho que Deu Em Nome De Povoação”;
- “Senhor da Serra”;
- “De Templo Pagão A Igreja Cristã”;
- “Barroca Cristã a Histórica Quinta”;
- “De Repelente Alcinha a Nome Reluzente”;
- “Cinco altos de nomes iguais e apelidos diferentes”.

Em relação à segunda parte da obra, pudemos apurar, pelo antigo funcionário, que outra das tarefas atribuídas a Luiz da Cunha Oliveira seria recortar e compilar todas as notícias e publicações sobre Sintra, publicadas na imprensa nacional e regional. Assim,

segundo Francisco Hermínio Santos, o nosso compilador começou a selecionar um conjunto de textos sobre lendas e as respetivas versões que iam aparecendo na imprensa. Apesar desta informação, pudemos verificar que, na segunda parte, também existem lendas ouvidas e recolhidas por Luiz da Cunha de Oliveira.

Nesta segunda parte, a maior parte das lendas consiste em excertos ou transcrições integrais retiradas de várias fontes: jornais, revistas, *Guia de Portugal*, do Arquivo do Instituto de Sintra e até do *Dicionário Corográfico* de José Avelino de Almeida.

Curiosamente verificamos que, sempre que possível, o autor coletou versões da mesma lenda, investigando e transcrevendo-as diretamente dos livros, ou tomando apontamentos com base em testemunhos orais.

As trinta e três lendas que constituem a segunda parte desta obra são as seguintes:

- “Vale de Flores – Vale de porcas”;
- “Sintra Vigia da Índia”;
- “Fundação do Convento da Santíssima Trindade”;
- “Lendas e Notas etimológicas de Colares” (11 versões);
- “Um agente secreto de D. Carlota Joaquina no Palácio do Ramalhão”;
- “Milagre no Cabo da Roca”;
- “A Moura encantada no jardim da Lindaraia”;
- “Gruta da Fada”;
- “Lendas e tradições do Solar de Ribafria”;
- “Queluzias”;
- “A Fonte dos Noivados”;
- “A lenda do Templo da Lua”;
- “Contrato de “Bem-Viver”;
- “Hospitalidade e proveito”;
- “Nomes e tradições das portas e Torres do Castelo dos Mouros”;
- “São Bento do Ramalhão”;
- “De Pedreiro a Ermitão”;

- “A cruz de Frei Honório”;
- “Amores de D. Sebastião”;
- “O Túmulo dos dois irmãos” (8 versões);
- “Fundação da Igreja de Santa Maria”;
- “Hospitalidade do Convento de Santa Cruz”;
- “A lenda de Monserrate”;
- “Lenda, tradição e história do convento da Penha Longa” (3 episódios);
- “Jardim do Cardeal- Rei”;
- “Gruta da Moura” (Negrais);
- “Lenda do Penedo dos ovos “(3 versões);
- “A lenda dum Beijo” (6 versões);
- “Lenda de Santa Eufémia” (2 versões);
- “Nossa Senhora da Pena” (2 versões);
- “Seteais” (2 narrativas);
- “Nossa Senhora de Melides” (5 versões);
- “Nossa Senhora da Peninha”.

A lenda consiste no relato de factos ou acontecimentos, transmitidos oralmente de geração em geração, pelas populações. A forma textual caracteriza-se por integrar amarras geográficas e /ou cronológicas de enquadramento, embora os factos históricos a que se referem possam chegar até nós alterados pelas próprias gentes que os interpretam à sua maneira. No capítulo seguinte apresentamos algumas lendas, de entre as recolhidas por Luiz da Cunha Oliveira, relativamente às quais ainda é possível identificar os espaços a que se referem e outras das quais foi possível identificar possíveis fontes.

4.3 Possíveis fontes e ancoragens na realidade.

A lenda é habitualmente considerada como uma narrativa que possui um fundo verdadeiro, mas, concomitantemente, foram-lhe sendo sucessivamente associados elementos maravilhosos e sobrenaturais. Luís da Câmara Cascudo afirma que “As lendas são episódio heroico ou sentimental com elemento maravilhoso ou sobre-humano, transmitido e conservado na tradição oral e popular, localizável no espaço e no tempo...” (1976: 348).

São várias as lendas que envolvem a construção ou reconstrução de igrejas. Na primeira lenda, apresentada na primeira parte obra, “Perpetuando a Terra Natal de Cristo” (p. 2), Luiz da Cunha Oliveira faz menção ao culto de Nossa Senhora de Belém por parte dos habitantes de Rio de Mouro (localidade do concelho de Sintra) e a importante medida que o cardeal D. Henrique⁵ tomou, mandando construir uma igreja, que ainda hoje existe, de invocação de Nossa Senhora de Belém.

Rosa, na sua tese de mestrado refere:

Não se sabe ao certo como e quando nasceu a povoação de Rio de Mouro. Há referências ao lugar na Idade Média; documentos do século XV dão-nos conta de contratos de arrendamento de terrenos agrícolas propriedade de residentes em Rio de Mouro.

Em 1563, o cardeal D. Henrique, tio-avô de D. Sebastião, tomou uma importante medida para o futuro de Rio de Mouro: mandando construir uma igreja da invocação de Nossa Senhora de Belém, para repouso dos frades do Mosteiro dos Jerónimos.

(Rosa, 2012: 60)

A Igreja Paroquial de São Martinho de Sintra é outra das igrejas relacionada a uma lenda: “A Primeira Comunidade Cristã Sintrense” (p. 7). Fundada em 1147-1154 pelo Rei D. Afonso Henriques, na sequência da reconquista territorial cristã ao domínio militar islâmico, recebeu estatutos em 1283, que foram aprovados em 1306. Está localizada em pleno Centro Histórico de Sintra e foi muito destruída pelo terramoto de 1755, pouco restando da estrutura inicial.

⁵ “D. Henrique [...] nasceu em Lisboa a 31 de Janeiro de 1512, filho de Rey D. Manuel e o sétimo da segunda mulher, a Rainha D. Maria [...] O Cardeal D. Henrique fica associado a um dos períodos mais críticos da História de Portugal, o da perda da Independência depois do desaparecimento de D. Sebastião em Alcácer Quibir.” Sousa, António Caetano (1947). *História Genealógica dos Reis de Portugal*. Coimbra: Atlântida, p.371-394.

A igreja de S. Mamede em Janas é outra referência que passou de templo pagão a igreja cristã: “De Templo Pagão a Igreja Cristã” (p. 10 - I parte). Segundo, Ferreira:

O sítio de São Mamede de Janas tem uma longa história de sacralidade, remontando as suas origens, pelo menos, ao período de domínio romano, altura em que aqui se terá edificado um primitivo templo. Dessa estrutura restam ainda importantes vestígios junto aos contrafortes do actual templo, mas a identificação nas proximidades de espólio pré-histórico

(FERREIRA, 1962: 340)

Ferreira (1962) refere ainda que, no século XIX, o Visconde de Juromenha admitiu a hipótese de ter existido um templo dedicado a Janus (facto que explicaria também o topónimo Janas), mas estudos posteriores sedimentaram a hipótese de se ter tratado de um templo a Diana, pela natural continuidade de culto entre a divindade pagã e o santo cristão (ambos protetores dos animais), pela possível origem do topónimo Janas em Diana (com forma intermédia em Jana, ou lana) e pela circunstância de os templos romanos dedicados a esta deusa serem de planta circular.

Muitas são as lendas recolhidas por Luiz da Cunha Oliveira onde é possível localizar o tempo e o espaço. A localidade das Mercês (concelho de Sintra) é um desses locais, onde podemos recuar aos tempos do domínio romano e muçulmano – veja-se a narrativa “Festividade Romana, Mercado Moirisco, Feira Cristã” (p. 6).

Segundo Pimentel (1908) a tradição da Feira das Mercês seria herdeira de um antigo mercado árabe de transação de escravos. De facto, o autor diz não ser possível conhecer com exatidão as suas origens, sendo que a primeira referência se reporta à segunda metade do século XVIII.

«Memórias Paroquiais» de 1758 (referentes a Belas), onde se cita: a feira livre de Meleças, realizadas no 3.º e 4.º Domingo de Outubro, sem mencionar, contudo, o orago (o da N.S. das Mercês ou outro). Nas mesmas «Memórias Paroquiais», mas referentes a São Martinho, o Prior Sebastiam Nunes Borges refere, integrada na “Vintena” do Algueirão, o lugar das Mercês.

(AZEVEDO, 1982: 140 e 150).

Importa referir que a Feira das Mercês teve grande influência na economia de Rio de Mouro que, até à primeira metade do século XX, era uma freguesia essencialmente rural, com as suas quintas, hortas e criação de gado.

Presentemente, a Feira das Mercês, perdeu grande parte das suas características como feira saloia de venda de produtos agrícolas, gado e produção de louças artesanais, transformando-se num espaço onde se comercializam produtos sem ligação à região e um local de divertimento. Apesar disso, ainda é possível encontrar as célebres maçãs de Colares, as afamadas peras pardas do litoral sintrense, as fogaças de erva-doce, o leitão assado de Negrais e a carne de porco frita "à moda das Mercês", servida em frigideiras de barro, assim como a água-pé, produzida pelos viticultores da região.

Existem também lendas que por vezes remetem para mitos e que procuram explicar a origem de um lugar (lendas etiológicas) através do recurso ao sobrenatural com o relato de histórias de deuses, referente aos primórdios da humanidade é o caso da lenda: "Assombroso e Trágico Encantamento de Bela Princesa" (p. 4). É possível localizar geograficamente e até visitar o local mencionado na lenda. Para quem desconheça, a Pedra de Alvidrar e Foje (vulgarmente conhecido por Fojo) situam-se entre a Praia da Adraga e Praia da Ursa (Sintra).

Também William Beckford, na sua estadia em Portugal, não deixou de visitar a Pedra de Alvidrar em 1787:

[...] como ainda era muito cedo, galopámos para diante, tencionando visitar um rochedo célebre –a Pedra de Alvidrar-, que é uma das feições mais saliente do afamado promontório da Roca de Lisboa.

A estrada que seguíamos pela orla dos bosques, que circundam a deliciosa aldeia de Colares, levou-nos a uma série de eminências escavadas, que se estendem ao longo da praia. Cheguei-me até à beira do rochedo que tem uma grande altura, e é quase na perpendicular.

(BECKFORD, 1901: 101)

Os penhascos de Sintra, tal como a pedra de Alvidrar mencionada anteriormente, são os protagonistas de uma lenda, os "Cinco Altos de Nomes Iguais e Apelidos Diferentes" (p. 14), cujo desfecho termina com a atribuição de nomes. E, assim, estes pontos geográficos passaram a ser conhecidas pelas nomações seguintes: Penha Ferrim; Penha Longa; Penha da Pena; Penha Verde e Peninha.

De referir que “Penha Ferrim” reporta-se a “Penaferirim”, topónimo que advém da sua denominação antiga, Canaferrim, que, segundo José Pedro Machado,⁶ terá como uma das hipóteses a origem em Calaferrim, do árabe *qala’â*, e - ainda segundo o mesmo - o sufixo derivado de ferro, talvez como alusão às propriedades do terreno.

As quintas, solares e palácios fazem parte do património material de Sintra há séculos, pelo que as lendas que lhes são inerentes também são algumas.

Uma dessas quintas é a quinta de Molhapão (Imagem 1) cujo nome está associado à lenda que lhe deu o nome: “Curiosa e Histórica Propriedade” (p. 7-8). Situada na Freguesia de Belas, no lugar da Tala, perto da estação ferroviária de Mira Sintra-Meleças, trata-se duma herdade com séculos de história. As primeiras referências conhecidas a esta quinta datam de 1633, mais precisamente, de 19 de Novembro, e encontram-se num documento, segundo Stoop (1986), no qual Antão Gonçalves se comprometia a pagar o foro relativo à Quinta a António Correia, senhor da casa e vila de Belas.



Imagem 1- Quinta de Molhapão – disponível em:
<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio>

⁶ Machado, José Pedro (1984), *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, Lisboa: Editorial Confluências.

Algumas quintas até viram o seu nome mudado, foi o caso da quinta dos Marquêses de Belas. Nos finais do século XIX e começos do século XX, a romaria ao Senhor da Serra que se realizava na localidade de Belas, no concelho de Sintra, foi uma das mais afamadas e concorridas que ocorriam nos arredores de Lisboa. Na quinta situa-se o Paço de Belas, mas era nos seus terrenos que tinha lugar a famosa romaria que levou a que, nos séculos XIX e XX, a Quinta dos Marquêses de Belas passasse a ser designada de Quinta do Senhor da Serra: "Senhor da Serra" (p. 9-10).

Luiz da Cunha Oliveira, ainda acrescenta à lenda anteriormente referida, um episódio onde a referida quinta teria sido local de refúgio do malogrado D. Pedro I⁷.

O Solar de Ribafria também está representado na recolha de Luiz da Cunha Oliveira: "Lendas e Tradições do Solar de Ribafria" (p. 12-13 - parte II). Segundo informação extraída da publicação *Cynthia*, o Solar de Ribafria foi mandado edificar em 1541, na quinta do Lourel, por Gaspar Gonçalves, a quem D. Manuel I, atribuiu alvará e brasão de armas, sendo um exemplar magnífico da arquitetura civil manuelina, com destaque para uma torre seiscentista com cerca de 30 metros (Imagem 2, página seguinte).

⁷"Casou primeiro com Branca de Castela, a quem repudiou por debilidade física e mental. Casou depois com Constança Manuel, filha de, um fidalgo castelhano que, quando veio para Portugal, trouxe consigo Inês de Castro. A ligação amorosa entre o infante D. Pedro e Inês de Castro foi imediata o que provocou forte conflito entre D. Afonso IV e seu filho e provocou a morte prematura de Constança Manuel. Temendo o monarca a nefasta influência dos Castros em seu filho, resolveu condenar à morte Inês de Castro, o que provocou a rebelião de D. Pedro." Serrão, Joaquim Veríssimo (1978). *História de Portugal, Estado, Pátria e Nação*, Lisboa: Verbo, p. 247-248.



Imagem-2 Torre do Solar de Ribafria – imagem cedida por Alagamares-Associação Cultural

Luiz da Cunha Oliveira, nesta recolha, salienta que foi nesse palácio, outrora sumptuoso, que o rei afortunado, D. Manuel I, patrocinado por Gaspar Gonçalves, muitas vezes se deleitou em aventuras amorosas, com certa dama da sua predileção.

Menciona, igualmente, as festas principescas, e bailes de grande esplendor, onde se reuniam os nobres mais distintos da época. Mas, o que mais se destaca são duas versões sobre os tesouros de Ribafria.

Na segunda versão desta lenda: "Lendas e Tradições do Solar de Ribafria" (p. 12-13 - parte II), em vez de um bracelete, como sucede na primeira versão, é encontrado um colar em ouro, conhecido por Xorca, de ouro de Sintra, que atualmente se encontra em Londres, no *British Museum*, facto que indignou Leite de Vasconcellos (Imagem 3, página seguinte).

A xorca de ouro de Cintra

Lembrar-se-hão os leitores da magnífica xorca de ouro, achada em Cintra, de que lhes falei n-*O Arch. Port.*, II, 17, num artigo acompanhado de um desenho da mesma¹. Esta xorca era não só o mais bello objecto archeologico de ouro que existia em Portugal, mas de certo, pelo seu peso, — 1:262 grammas! —, um dos mais ricos que havia! Pois dou aos leitores hoje a triste nova de que esta preciosidade, que convinha que ficasse em um museu português, foi por seu antigo dono vendida ha meses a um museu de Londres!²

D'esta catastrophe, — que não posso empregar outro nome —, são varios os culpados. Não quero porém entrar em pormenores. O antigo possuidor da xorca tentou, é certo, vendê-la cá; ninguém contudo o attendeu: uns achavam caro o objecto, outros não lhe ligavam maior importancia, outros parece que até se riram! Realmente o preço pedido a principio (em 1895) era exorbitante: 4:000\$000 réis! E elle tambem me aterrrou a mim; todavia, para o fim, tinha baixado até 2:000\$000 réis, e mesmo baixaria a 1:800\$000 réis, segundo o que me consta.

No commercio nem sempre ha prudencia: é por isso que muitas cousas archeologicas se perdem. Se o dono do xorca tivesse pedido logo de comêço um preço razoavel, eu tê-la-hia adquirido para o Museu Ethnologico; mas o preço pedido era de mais! Ainda assim, as pessoas que podiam resolver o assunto não o resolveram, e o possuidor, que não é dado a estudos archeologicos, nem estava bem no caso de avaliar se da aquisição ou não aquisição da xorca adviria gloria ou desdouro para a historia da archeologia nacional, e que além d'isso se sentiu desanimado por bater em vão a muitas portas, aproveitou o melhor ensejo de venda que se lhe offereceu, e cedeu a xorca a um museu estrangeiro por 2:000\$000 réis.

Fique exarada aqui a menção d'este desastre, a ver se de futuro se evitam outros semelhantes.

¹ Cfr. tambem *Boletim* dos Archeologos do Carmo, VII, (3.ª serie), p. 77.

² Não sei a qual, mas talvez ao Britannico, que é aonde vão em geral para todas as obras primas da arte, da archeologia e da bibliographia, que escapam a outros museus ou bibliothecas.

Imagem 3- A indignada nota de J.L. de Vasconcellos sobre a venda para o estrangeiro do Colar de Sintra (1902) – disponível em: <https://pedrastalhas.blogspot.com/2017/03/o-colar-de-sintra-o-caso-e-bem.html>

Depois de vários anos abandonada, a Quinta da Ribafria abriu as suas portas aos sintrenses em 1 de maio de 2015⁸, proporcionando, desde então, a todos os visitantes que a queiram conhecer diversos espetáculos culturais, desportivos e recreativos que se fundem entre a cultura e o ar livre.

⁸ A autarquia promoveu a abertura ao público de vários espaços de lazer em diferentes freguesias do concelho de Sintra como, por exemplo, a Quinta da Ribafria (Lourel). Disponível em: <http://parquesejardins.sintra.pt>. consultado em 20/06/2019.

Uma das narrativas que figuram na segunda parte da obra é a lenda “vale flores-vale de porcas” (p. 1 - parte II). Em relação a esta lenda, apenas sabemos que foi ouvida e reproduzida pelo autor. No entanto, esta versão não é a única pois encontrámos nos textos publicados por Silvestre Félix⁹ uma versão completamente contrária à relatada por Luiz da Cunha Oliveira e que aqui se transcreve:

Por artes mágicas com pozinhos perlim-pim-pim e tudo, o que antes se chamava “Vale de Porcas” ou “**Vale Porcas**” sem “de”, virou “Vale Flores”.

A origem do primeiro nome tem a ver com a existência de muitas cortes suínas de que até a realeza se recorria para abastecer as despensas e as salgadeiras dos Palácios da Vila e da Pena e, também, o de Queluz, desde a época dos desvarios de Carlota Joaquina que consorte rainha se tornou quando o regente D. João foi Rei com o número VI.

Este “Vale”, agora “Flores” e antes “Porcas”, corresponde à parte antiga com entrada por Ranholas ou Chão de Meninos, na banda de cima do A 16. Do lado de Mem Martins, fica então a parte nova de “Vale Flores” que nunca chegou a ser “**Vale Porcas**” e, antes, “Chancuda” e “Casal da Charneca”.

Sobre a mesma lenda, Miguel Boim mantém a versão de Luiz da Cunha Oliveira, explicando a possibilidade da sua origem numa rivalidade que, pelo menos desde o século XIX, existiu entre os habitantes da Vila de Sintra e os habitantes de São Pedro. Este autor refere em *Lendas Sintrenses* (2014) que:

Talvez tenha essa o seu cerne no facto de que durante os tempos da monarquia o centro de Sintra com os seus monumentos, era apenas e tão só considerado como “a região de Sintra” no seu todo. São Pedro, ali ao lado, ficava como sendo lugar quase esquecido por quem ia admirar Vila e Serra. (p. 49)

As bruxas e as fadas também marcaram presença em duas lendas recolhidas pelo autor. Para a primeira, “Gruta da Fada” (p. 11 - parte II) Luiz da Cunha Oliveira baseou-se numa publicação de António A. R. da Cunha de 1912 na qual se lê o seguinte:

Gruta da Fada - Gruta formada por uma imensa rocha de granito, apoiada em dois rochedos que a flanqueiam. Fica na estrada para a Pena, à esquerda de quem sóbe, quasi ao chegar ao portão principal do parque da Pena. (Cunha, 1912: 39).

⁹Extraído dos textos “Abrunheira, Terra com História” de Silvestre Félix, publicados no extinto blogue “Aldeia Viva” durante 2007 e 2008 (Corrigido e atualizado pelo autor em 2011). Disponível em: <https://algueirao-memmartins.blogspot.com/2019/05/vale-de-porcas.html>, consultado em 10/05/2019.

A lenda é curta e deixou muitas questões acerca da sua origem e do seu local. Apesar da brevidade, esta lenda motivou o interesse de muitas pessoas que procuraram, de forma continuada, a gruta formada por uma imensa rocha de granito, apoiada em dois rochedos que a flanqueiam.

Ao que parece, o ritual da fada terá sido um acréscimo de Luiz da Cunha Oliveira (eventualmente ouvido a algum dos seus informantes), já que na versão original, transcrita anteriormente, não se refere tal ritual.

A segunda, "Milagre no Cabo da Roca" (p. 10-11 - Parte II), Luís Cunha de Oliveira ouviu-a a Joaquim Fontes e tem como cenário o Cabo da Roca (Imagem 4). Trata-se do ponto mais Ocidental do continente europeu, situado no extremo final da Serra de Sintra. Local envolto em misticismo dá origem a esta lenda que comprova a ligação do povo português ao supersticioso e à religião católica: envolve bruxas voadoras, o rapto de uma criança e um milagre operado por Nossa Senhora.



Imagem 4: Cabo da Roca – disponível em: www.sintraromantica.net

Fernanda Frazão reproduz, na íntegra, esta lenda na sua obra: *Passinhos de Nossa Senhora - Lendário Mariano* (2006).

As lendas e a realidade, às vezes, entrecruzam-se não deixando antever onde começa a lenda ou termina a realidade. Luiz da Cunha de Oliveira transcreveu um excerto

do *Guia de Portugal*, de Francisco José de Almeida, que menciona a atribuição do nome de “Queluzia” a uma flor silvestre que hoje em dia é conhecida por Fúcsia, conhecida em Portugal como “Brincos de Princesa” (p. 13-14 - parte II). A esta narrativa, Luiz da Cunha Oliveira deixa a pergunta: lenda ou realidade?

Segundo, um documento publicado pela imprensa da Universidade de Coimbra o doutor Domingos Vandelli, italiano de nascimento, foi consultor de assuntos científicos e divulgador da história natural. O artigo menciona que naturalistas como Félix de Avelar Brotero fariam parte do seu círculo social e do universo científico português.

No capítulo sete do mesmo artigo é referida a fundação da Academia Real de Ciências de Lisboa e o modo como foram nomeadas as flores ainda não catalogadas ou estudadas:

A fundação da Academia Real de Ciências de Lisboa foi um passo importante para os homens de ciência da época. [...] Após avaliação e validação pelos académicos, novas experiências ou específicas aplicações da ciência eram objecto de publicação e divulgação, de acordo com o que a instituição propunha. Nesse sentido, cada sócio apresentava um trabalho, destinado a ser apreciado e debatido pelos membros da instituição. Na altura, Vandelli já recebia de seus antigos alunos dispersos nas colónias um grande volume de amostras da história natural, ainda não estudadas nem catalogadas [...] era praxe confiar a um naturalista mais experiente a análise dos elementos coligidos e a nomeação dos géneros botânicos. Ao fazer esse trabalho, Vandelli decidiu nomear as plantas da mesma forma do *Fasciculus Plantarum* de 1771, ou seja, dando às flores nomes em homenagem a pessoas de suas relações sociais. O *Herbário do Dr. Veloso*, com as correções de Vandelli, é composto por oito páginas, cinco das quais preenchidas com desenhos botânicos e outras três com a descrição lineana, com o título *Fasciculus plantarum Brasiliensium*, apresentado à Academia, em 1787 [...].

(FERREIRA, 2017: 178-179)

No *Fascilus plantarum Brasiliensium*, uma das nomenclaturas que aparece para uma nova flor é o de “Queluzia” em homenagem ao Palácio de Queluz.

Segredos, mistérios, conspirações parecem fazer parte da história da Quinta do Ramalhão, que se situa numa das entradas de Sintra. Luiz da Cunha de Oliveira transcreveu a lenda, “Um Agente Secreto de D. Carlota Joaquina” (p. 9-10 - parte II) da obra *D. Carlota Joaquina*, de César da Silva, que apresenta um quadro com várias cenas da sua época e do seu tempo de desterro e da suposta comunicação secreta que teria com o seu irmão D. Fernando VII que se encontrava em situação semelhante, do outro lado da fronteira. Refere Silva:

Não sabemos se haverá documentos que provem estas relações secretas entre D. Carlota Joaquina e o seu irmão, pelo menos não os encontramos, mas é tão natural que entre os dois se trocasse imediatamente correspondência, que não nos repugna acreditar na existência de tal emissário e de tais entendimentos.

Era coisa perfeitamente humana, visto que os dois se encontravam em tamanha igualdade de circunstâncias.

(Silva, 1859: 128)

D. Carlota Joaquina encontrava-se na quinta do Ramalhão, em desterro, a sua prisão porque se tinha recusado a jurar a Constituição Portuguesa.

Relativamente à quinta do Ramalhão, atualmente um colégio dominicano, Luiz da Cunha Oliveira faz-nos chegar uma história que as irmãs dominicanas lhe contaram e a que deu o nome de “São Bento do Ramalhão” (p. 16 - Parte II).

A magia e o sobrenatural ao serviço do amor é o tema da lenda “Fonte dos Noivados” (p. 14 - parte II) contada por uma “idónea senhora” a Luiz da Cunha Oliveira. Trata-se de uma história alusiva à magia (casamenteira) da água que brota naquela fonte (Fonte dos noivados).

Seguindo pela estrada Nova da Rainha, caminho que perfaz o troço de Monserrate à rua Fria de Colares, depois da Eugaria, do lado direito, ainda hoje existe uma pequena fonte (Imagem 5).



Imagem 5-Fonte dos noivados – disponível em: <https://palacio-de-sintra.blogspot.com/2010/08/lenda-da-fonte-dos-noivados-em-sintra.html>.

O desaparecimento de vestígios materiais, com o passar dos séculos, também desvanece a memória de um povo, deixando apenas resquícios de realidade. “A lenda Do Templo da Lua” (p. 14-15 - parte II) retirada do *Guia de Portugal* (1880), de José Francisco de Almeida, relata a existência de um templo romano, na serra de Sintra, consagrado à lua. E, o que se pensava ser lenda, em 2008, o arqueólogo Cardim Ribeiro, provou ser realidade quando descobriu vestígios junto à falésia, perto da praia das Mações (Sintra) de

um dos mais importantes santuários do Império Romano, consagrado ao Sol à Lua e ao Oceano, cuja localização estava há muito perdida.¹⁰

As lendas escolhidas por Luiz da Cunha de Oliveira, regra geral, referem espaços e tempos bem definidos e identificáveis (o que atribui verosimilhança às lendas reportadas), mas também acrescentam elementos do maravilhoso ou sobre-humano (o que imprime algum misticismo). O Convento dos Capuchos faz parte dos roteiros turísticos situado no centro da Serra de Sintra, o qual foi sempre habitado por comunidades de frades da Ordem dos Franciscanos e é palco de uma lenda conhecida como “A Tentação de Frei Honório” (p. 18 - parte II).

Na obra que aqui nos ocupa, são apresentadas duas versões para esta lenda, sendo que a primeira “A cruz de Frei Honório” (p. 18 - parte II) é um excerto da obra, *Relação do Castello, e Serra de Cintra*.

Esta lenda centra-se num frade do Convento dos Capuchos, de seu nome Honório, que, na primeira versão, usa o símbolo do fogo, equiparado ao diabo, o qual, ao aproximar-se do local onde o diabo procurou tentar Frei Honório, logo se extinguiu.

Na segunda versão, Frei Honório deparou um dia com o diabo, que usa a forma de uma mulher para que o Frei ceda à tentação. Apesar de não ser mencionada a fonte de onde foi retirada, esta é a versão mais conhecida da lenda, tendo sido anteriormente apresentada no livro *Cintra Pinturesca*, do Visconde de Juromenha, de modo muito semelhante ao da versão recolhida por Luiz da Cunha Oliveira.

¹⁰ “Descoberto templo romano ao Sol, à Lua e ao Oceano, que estava perdido”. Disponível em: <https://www.dn.pt/ciencia/descoberto-templo-romano-ao-sol-a-lua-e-ao-oceano-que-estava-perdido-4241547.html>, Consultado em 5/06/2019

Existem monumentos em Sintra que, pela sua arquitetura e beleza, nos fascinam. Monserrate é um desses edifícios, que não deixa ninguém indiferente. Os registos mais antigos que provavelmente se encontraram sobre a lenda de Monserrate, segundo Miguel Boim, fazem parte do livro *Cintra Collares e seus arredores*, de 1888.

Luiz da Cunha de Oliveira transcreve uma versão da lenda publicada na revista *Cyntra*, de 1908, “Lenda de Monserrate” (p. 32-33 - parte II).

Outra das versões sobre a lenda de Monserrate está presente na obra *Portugal Antigo e Moderno* que se transcreve:

A tradição diz-nos que a “QUINTA DE MONSERRATE” já existia no tempo do domínio árabe, sendo muito bem cultivada, à época.

Por sua vez, a lenda acrescenta que a quinta era pertença de um fidalgo musárabe, encontrando-se as casas, no cimo, em local onde hoje está edificado o palácio homónimo.

O musárabe tinha sangue nobre de origem goda, pelo que tinha, continuamente, graves discordâncias com o alcaide mouro do Castelo de C(S)intra. Assim, o alcaide, pretendendo vingar-se do cristão – não colocando em causa a sua autoridade – como brioso cavaleiro, foi desafiar o seu inimigo à sua própria casa, travando-se rijo duelo, no alto do monte.

Ambos eram valentes cavaleiros e bravos guerreiros, contudo, desta vez venceu o mouro, deixando o cristão morto a seus pés.

Logo, os cristãos deste local, reputaram o fidalgo como um mártir, vindo rezar na sua sepultura, que acabavam por regar de sentidas lágrimas, imploravam a piedade da Virgem Santíssima para que os livrasse do jugo sarraceno.

Poucos anos passados, em 1147, Dom Afonso I (Henriques) hasteava o pendão das Quinas, sobre as torres do soberbo castelo mourisco, sendo o crescente do Islão arreado daqueles muros em que flutuara por 630 anos. C(S)intra via-se, finalmente livre do domínio dos filhos de Agar.

Sobre a sepultura do último mártir, o povo edificou uma pequena ermida dedicada a Nossa Senhora que acabou por ruir com o decorrer do tempo.

(PINHO LEAL, 2006: 437)

Ambas as versões remetem para vários séculos antes da majestosa construção do palácio de Monserrate...

Com o passar dos séculos, conventos deram lugar a hotéis e os vestígios vão-se perdendo na transformação dos espaços. Foi o que aconteceu com o convento de Penha Longa. Luiz da Cunha Oliveira apresenta três episódios sobre a história do convento de Penha Longa: “Lenda Tradição e História do Convento de Penha Longa” (p. 33 - parte II), “Origem do Nome do Convento de Nossa Senhora da Saúde de Penha Longa” (p. 33-34 - parte II) e “Nótulas Lendárias de Penha Longa” (p. 34 - parte II).

O primeiro episódio, “Lenda, tradição e a história do Convento de Penha Longa” (p. 33 - parte II) foi extraído da revista *Cyntra*, de 1908. O segundo episódio, “Origem do nome do Convento de Nossa Senhora da Saúde de Penha Longa” (p. 33-34 - parte II), foi retirado da obra *Relação do Castello e Serra de Cintra* (1874), remetendo-nos para a fundação do convento e para a possível origem do nome “Penha Longa”. Para o terceiro episódio (p. 34 - parte II), não se refere a fonte de onde foi retirado. Neste texto é possível obter informações sobre a ordem a que pertence o mosteiro, o seu fundador e a dedicação do mosteiro a Nossa Senhora da Saúde. Expõe-se ainda uma pequena nota sobre o Cardeal-Rei D. Henrique¹¹ e a “lenda dos adens”¹², que o autor registou como a “fonte dos Adeus”, o que poderá ser um erro datilográfico, já que em *Cintra Pinturesca* a versão apresenta umas aves (*adens*) que andavam sobre um lago:

Sahinfo do Mosteiro para a parte do cerco se descobre hum pateo onde antigamente houve um pomar. Da parte esquerda da estrada fica a celebrada fonte da Porca cuja agua he admirável para os achacados de pedra. Deste pateo se entra por huma porta de grades de ferro para outro pateo lageado, que tem no meio hum lago em que andão os adens; neste tanque estavam sempre estas aves que tinham rendas para o seu sustento que lhe deixou o Cardeal Rei, o qual estando á janella da casa onde assistia ouvindo-as estar gritando perguntou a hum Fr. Antonio, Monge deste Mosteiro, (a quem fazia mercê, e elle dizia algumas galantarias) que dizião as adens? respondeu-lhe o Padre que pedião de comer; e o Cardeal lhe mandou dar huns tantos moios de pão para seu sustento, os quaes se ficarão sempre pagando

(JUROMENHA, 1938: 123-124)

¹¹ "D. Henrique [...] nasceu em Lisboa a 31 de Janeiro de 1512, filho dei Rey D.Manuel e o sétimo da segunda mulher, a Rainha D. Maria [...] O Cardeal D. Henrique fica associado a um dos períodos mais críticos da História de Portugal, o da perda da Independência depois do desaparecimento de D. Sebastião em Alcácer Quibir." Sousa, António Caetano (1947). *História Genealógica dos Reis de Portugal*, Coimbra: Editora Atlântida, p.371-394.

¹² “Adens: ORNITOLOGIA (Anas platyrhynchos) ave palmípede, da família dos Anatídeos, apresenta cabeça de cor verde iridescente, anel branco no pescoço e dorso e ventre acinzentados, no caso dos machos, e plumagem acastanhada, no caso das fêmeas; pato-real, lavanco, mancão, pescoço-verde”, disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/adens>, consultado em 20/06/2019.

Mais uma vez o tempo altera a função dos espaços e dos monumentos, tal como a Penha Longa, também Seteais está transformado num hotel. O compilador de *Lendas Sintrenses* deixa-nos duas versões sobre a origem do nome “setiais”¹³.

Na primeira versão, “Setiais” (p. 47-48 - parte II) são explanadas várias opções para a origem do nome, retiradas das “Notas Toponímicas” do professor João Diogo Correia, inserida na *Revista de Portugal*, e ainda é feita uma breve alusão à lenda.

Na segunda versão, “A lenda de Seteais e Camilo Castelo Branco” (p. 48-49 - parte II) surge a nota de Camilo Castelo Branco na sua tradução do livro de Lady Catherine Jackson,¹⁴ em que critica e explora o assunto seteais.

José Alfredo da Costa Azevedo deixa um espólio, organizado e publicado em 1997 e 1998, pela Câmara Municipal de Sintra, através do seu Serviço de Arquivo e Documentação¹⁵ no qual se insere o desenho a carvão do palácio de Seteais que apresentamos (Imagem 6, página seguinte).

¹³ Ortografia do autor.

¹⁴ Jackson, Lady Catherine (2007). *A Formosa Lusitania* (tradução e notas de Camilo Castelo Branco), Sintra: Caleidoscópio.

¹⁵ Arquivo Municipal de Sintra, <http://www.arquivoonline.cm-sintra.pt>, consultado em 20/02/2019



Imagem 6- Desenho de José Alfredo da Costa Azevedo, O palácio de Seteais
- Imagem cedida pelo Arquivo de Sintra

Quanto à lenda de Seteais é Gentil Marques que, em 1962, a apresenta como “Lenda dos sete ais.”¹⁶

Quando D. Afonso Henriques, ajudado por uma esquadra estrangeira, conquistou Lisboa aos Mouros em 25 de Outubro de 1147, o castelo de Sintra rendeu-se sem resistência, apenas sob a condição dos mouros seus moradores se poderem estabelecer em terras vizinhas, o que lhes foi outorgado.

Entre os cavaleiros mais chegados ao rei, estava o jovem D. Mendo de Paiva, um dos designados pelo monarca para ocupar o castelo. D. Mendo foi o primeiro a subir a serra de Xentra. Chegado ao alto, parou um instante. A azáfama era enorme. Fazia-se a retirada. Chocavam-se os homens e as mulheres, em vozeria. Os mouros mais destacados utilizavam uma saída secreta, que D. Mendo não tardou a descobrir — no momento preciso em que uma jovem moura ia a sair por ela, acompanhada da sua velha aia. Ao vê-lo, a fugitiva afligiu-se, pois esperava poder escapar aos olhares dos vencedores. Com o nervosismo da surpresa, gritou. Zuleima, a sua velha aia, ficou ainda mais aflita. E indagou, com o medo estampado no rosto:

— Anasir! Por que gritaste?

Ela respondeu, mal refeita ainda do susto:

— Não pude conter este meu ai.

D. Mendo sorriu. E perguntou, cavalheiresco:

— Senhora, causo-vos assim tanto medo?

A jovem moura tapou o rosto com os véus e respondeu:

— Sois cristão, e não estava preparada para encontrar-vos.

Ele barrou-lhe a passagem. Sorria sempre. E perguntou:

— Por que escondeis tão grande beleza sob esses véus?

A resposta foi pronta:

— Porque não deveis conhecer o meu rosto!

Sorriu mais ainda o fidalgo cristão.

— Mas o destino quis que vos visse! Todavia... talvez tivesse sido melhor não vos ter encontrado!

Foi a velha aia quem perguntou:

— Porquê, senhor? Não ides permitir que partamos? Temos licença de sair em liberdade. O que pretendeis são os nossos bens e as nossas terras, não é assim? Pois aí fica tudo! Posso partir?

D. Mendo respirou fundo, e quase maliciosamente retorquiu:

— Sim, podes partir. Deixa-me tudo... sem esquecer a tua querida ama!

Aflita, Anasir soltou novo grito de susto, embora desta vez mais abafado. Mas logo Zuleima lhe pegou nas mãos, presa de novo pavor.

— Anasir, minha querida ama! Já é o segundo ai num tão curto espaço de tempo! Evitai essa exclamação, peço-vos!

D. Mendo olhou a velha aia com surpresa. Não menos surpreendida, a jovem moura repreendeu a sua companheira.

— Não te compreendo, Zuleima. No momento em que o inimigo te propõe deixares-me abandonada, só te preocupas com a minha pobre exclamação de repulsa e tristeza?

Zuleima mostrou-se ainda mais aflita. Tentou justificar-se:

— Querida Anasir! Vós não podeis entender-me porque ignorais a razão do que me atormenta. Mas confiai em mim. Sabeis que vos amo e que por vós daria a vida. Não solteis mais nenhum ai! Quanto ao cavaleiro cristão, vai agora ouvir-me.

D. Mendo apressou-se.

¹⁶ Marques, Gentil (1997). *Lendas de Portugal*, Lisboa: Círculo de Leitores, p.25-32

— Pois falai, velha Zuleima! É este o teu nome, não é verdade?

Veio seca, a resposta.

— É. Bem o entendeste, na boca da minha ama.

— Fala, então!

— Pois bem! Ouvide. Vou sair deste castelo, mas levando comigo a jovem princesa, que me foi confiada pela mãe, à hora da morte. Estava também a cargo do governador deste castelo; mas o medo falou nele mais alto que o dever. E partiu com a família pela passagem secreta. Agora, Anasir só tem o carinho desta humilde serva!

D. Mendo perguntou:

— É tudo quanto tens para dizer-me?

— Assim o creio, pois vamos sair e espero não tornar a encontrar-vos.

D. Mendo replicou:

— Pois vou fazer segunda proposta. Ficarás acompanhando a tua querida menina. Mas apressa-te a seguir-me. Não quero que te vejam!

Anasir interrompeu-o.

— Senhor! Tratais-nos como despojos de guerra! Não fazemos parte das alfaias que ficam neste castelo!

D. Mendo olhou fundo nos olhos negros da jovem moura. Adoçou a voz.

— Anasir! Seria difícil explicar-vos agora porque não consentirei em deixar-vos. Mas tentarei quanto me for possível para vos fazer feliz!

— Agora tomais-vos misterioso?

— Vereis que não existem mistérios. Há apenas necessidade de partir, e já!

Zuleima atalhou:

— Oiço ruído! Parece um exército!

— São os meus homens que chegam. Não há tempo a perder! Se vos vêem...

Passos apressados soaram perto. Anasir assustou-se e gritou. Mas já D. Mendo lhe tapava a boca com a mão:

— Senhora! É preciso que vos leve daqui sem que vos vejam!

Porém, mais pálida ainda, Zuleima apontava a sua jovem ama quase sem poder falar. Anasir indagou:

— Que estais vendo?

Ela esclareceu:

— Não vejo: ouvi! Ouvi o vosso terceiro aí num espaço de tempo tão curto!

— E que tem isso, Zuleima?

Como se estivesse vendo um fantasma, a velha aia exclamou:

— É o destino a marcar-nos com o fogo da sua destruição! E porquê? Porquê?

Alteava já a voz, indiferente ao que pudesse surgir depois. Apontou o cavaleiro D. Mendo.

— Fostes vós, cristão, que nos trouxestes a desgraça! Fostes vós!

Vendo-a tão desesperada, Anasir tentou acalmá-la.

— Zuleima! Que se passa?

Esta respondeu no mesmo tom de amargura:

— Prometei-me! Prometei-me, Anasir, que não soltareis mais nenhum aí! Fazei essa graça à vossa humilde serva!

Anasir olhava-a, perplexa. D. Mendo também. Por fim, a princesa moura acalmou-a.

— Se isso te dá alívio, prometo-te, Zuleima, que farei o possível para não pronunciar mais nenhum aí. É isso o que pretendes?

— Sim, minha querida ama!

Soaram vozes muito perto. Eram os cristãos que chegavam junto ao corredor que dava para a parte sul da serra. D. Mendo tomou Anasir por um braço e segredou-lhe, quase:

— Vinde comigo! Quero isolar-vos dos que estão a chegar. Tenho aqui perto um grande terreiro e uma pequena casa. A paisagem é maravilhosa. Sabeis montar?

Ela respondeu:

— Sei. Dai-nos um só cavalo. Isso nos bastará. Eu levarei Zuleima.

D. Mendo meneou a cabeça.

— Perdoai-me, mas a experiência tornou-me desconfiado. Vós ireis no meu cavalo e Zuleima montará outro.

— Ela monta mal, senhor!

— A distância é curta. Além disso, não tendes por onde escolher.

— E se eu recusar?

O olhar de Anasir era um desafio. D. Mendo cobrou energia, e declarou:

— Se recusardes... Levar-vos-ei à força e separar-vos-ei de Zuleima!

Resoluto, pegou-lhe com certa violência num pulso. Ela gritou:

— Ai!

Zuleima agarrou-lhe os vestidos. Nasceram lágrimas nos seus olhos.

— Senhora, senhora!... Havíeis prometido!... E afinal...

Anasir respirou fundo. Parecia confusa.

— Tens razão. Mas não compreendo...

As vozes dos cristãos estavam mais perto ainda. D. Mendo impôs-se.

— Partamos!

E em breves instantes o cavaleiro cristão ajudava Zuleima a montar num cavalo, e colocava Anasir no seu, dirigindo-se para a casinha do terreiro...

Começava o Sol a descer, quando D. Mendo acabou de instalar na casa a princesa moura e a velha aia.

Anasir olhou em volta. Sentou-se comodamente. Sorriu. Zuleima investigava o brilho do olhar da sua jovem ama. Declarou, confusa:

— Não vos entendo.

Ela olhou-a.

— De que te admiras?

Respeitosa, embora deixando transparecer na inflexão das suas palavras um pouco de censura, Zuleima elucidou:

— Senhora, somos mouras... Vós sois princesa. Perdemos uma guerra. E vós, mais do que isso: perdestes Aben-Abed!

Ela voltou a sorrir.

— Sim, Zuleima, perdemos uma guerra. Agora é necessário encontrar a paz. Quanto a Aben-Abed... creio que não o perdi: foi ele que me perdeu...

— Que dizeis?

Anasir olhou D. Mendo, que a escutava em silêncio. E perguntou:

— Senhor!... Já alguma vez amastes?

Ele respondeu, convicto:

— Até hoje, não!

Ela continuou:

— Pois bem: se de hoje em diante amásseis, seríeis capaz de deixar ao abandono a escolhida do vosso coração, só porque o inimigo estava perto e era necessário fugir?

D. Mendo aproximou-se. Pegou numa das mãos da princesa moura e levou-a aos lábios, dizendo:

— Senhora, a resposta trouxeste-a convosco. Não parti sem vos trazer, Anasir!

Ela baixou os olhos. Destapou o seu lindo rosto.

— D. Mendo... Gosto desta casinha! Creio que ficarei aqui até o desejardes.

Ele apertou entre as suas mãos possantes as mãos delicadas da jovem moura e afirmou, com toda a força do seu coração:

— Querida Anasir! Prometo que sereis feliz!

Anasir e Zuleima viviam semicativas na casinha do terreiro, onde D. Mendo as escondera de mouros e cristãos. Amava Anasir e não queria perdê-la. Desejava a sua permanente companhia.

Contudo, temia as censuras do rei. Saía às escondidas, de vez em quando. Mas voltava logo que podia voltar.

Certa tarde, porém, D. Mendo regressou pouco depois de ter saído. Ao vê-lo, Zuleima indagou, curiosa:

— Vós... já de volta?

D. Mendo parecia preocupado.

— Ouve, Zuleima! Descobri que andam a rondar estes sítios. É preciso que a tua ama não saia de casa!

Ela assustou-se.

— A rondar, dizeis? Mas quem? Algum cristão vosso amigo?

Enervado, o cavaleiro declarou:

— São mouros! Mouros meus inimigos! Falaste num tal Aben-Abed. Será ele... ou alguém por ordem dele?

Zuleima abriu os olhos, num espanto.

— Aben-Abed?... Sim, talvez seja ele... ou alguém por ordem dele... Anasir traiçou-o... Que Alá nos proteja!

D. Mendo irritou-se:

— Esse tal Aben foi um covarde! Fugiu, deixando-a entregue ao seu destino! Perdeu o direito ao seu amor. O seu destino, agora — sou eu!

A velha ama estava pálida e atarantada.

— Bem sei. Mas ele... virá matá-la... E eu não quero... não quero!...

— Nem eu! Escuta. Se eles conseguirem levar Anasir, juro-te que arrasarei tudo, compreendes? Não escapará nem um só mouro dos que andam por aí em liberdade!

Zuleima retorquiu, já mais serena:

— Descansai, cavaleiro! Ninguém nos levará daqui! A minha querida menina também vos ama. Se assim não fosse, já se teria suicidado, acreditai!

— Onde está ela, Zuleima?

— Foi descansar. Mas eu vou chamá-la.

— Não! Eu esperarei. Entretanto, esclarece-me um ponto que continua para mim envolto em mistério.

— Que é, senhor?

— Por que te afligiste tanto quando Anasir pronunciou um ai? Se ela gritar com outra exclamação qualquer, tu não te alteras...

Zuleima ficou a olhar por momentos um ponto vago no espaço. Depois voltou a olhar para o rosto de D. Mendo. E falou:

— Senhor! A vós posso contar o que há muito me foi dito. Quando a minha ama nasceu, uma feiticeira disse que Anasir morreria ao pronunciar o sétimo ai.

— E ela nunca pronunciara essa exclamação enquanto pequena?

— Nunca!

— Nem mesmo depois de crescida?

— Nunca, senhor! Compreendeis agora o meu desespero por ouvi-la exclamar quatro ais quase a seguir?

D. Mendo ficou pensativo.

— Zuleima! Por mim... prefiro não acreditar em profecias de feiticeiras.

— Mas eu acredito, senhor!

— De qualquer modo, tentaremos evitar que Anasir volte a proferir tal exclamação — que, por desgraça, é tão vulgar!

— Assim o desejo! Mas estou crente que o destino está contra nós... Nada poderemos fazer.

No limiar da porta que dava para a alcova, Anasir surgiu, sorrindo.

— Que surpresa agradável, meu senhor!

E censurando Zuleima:

— Por que não me chamaste?

— D. Mendo assim o determinou.

Ela tentou ralhar-lhe:

— Ai, meu senhor, por que fizeste isso?

Mas deixou de sorrir vendo a palidez de Zuleima. Voltou-se para o cavaleiro:

— D. Mendo! Achais que Zuleima se assusta com razão quando eu grito: Ai?...

D. Mendo não conseguiu esconder certa apreensão. Zuleima chorava em silêncio.

O cavaleiro falou à sua amada:

— Sabeis decerto que na vossa religião se acredita em vaticínios de feiticeiras.

— Sei.

Propositadamente, D. Mendo mentiu, fingindo acreditar no que lhe dissera Zuleima.

— Pois bem: dizem que os ais vos trazem infelicidade.

Ela sorriu.

— D. Mendo! Não sei porque há-de Zuleima chorar!

Entre lágrimas, Zuleima respondeu:

— Porque vós, senhora, soltastes mais dois ais! São já seis, senhora! Seis!...

Ela olhou-a, perplexa:

— E isso que tem? Desde que os pronuncio é que conheço a felicidade! E a vós a devo, D. Mendo! O cavaleiro cristão apertou nos braços a jovem moura.

— Querida! Como gostaria de ficar sempre ao pé de vós!

— Por que não ficais?

— Sou obrigado a ausentar-me por algum tempo. O meu senhor, el-rei D. Afonso Henriques, nomeou-me para nova empresa.

O sorriso desapareceu do rosto da jovem moura.

— Ides... combater os mouros?

— Sim.

— E tendes mesmo de obedecer?

— Sou guerreiro, e devo obediência ao meu rei.

— Pois ide! Continuarei a amar-vos, apesar de quanto tenta separar-nos! Quando partis?

— Depois de amanhã.

— Seguireis aquela estrada que se vê além?

— Sim.

— Pois ficarei sentada naquele penedo, a olhá-la, até os meus olhos não poderem distinguir-vos mais!

— Minha doce Anasir! Por que há-de o mundo separar os namorados?

Ela olhou-o através de um véu de lágrimas.

— Porque esta terra é uma terra de mágoa e de dor! Pagamos bem caro cada minuto de felicidade!

Como se a tarde se quisesse associar à súbita tristeza de Anasir, o Sol escondeu-se por detrás da serra, numa pequena nuvem de estranho desenho...

Mais sete dias passaram, segundo a lenda. Anasir parecia uma sombra deslizando na pequena casa do terreiro. A saudade pelo jovem cristão punha-lhe na alma o amargo da espera. Entretanto, Zuleima espiava os arredores. Também ela descobrira sombras suspeitas que rondavam a casa. E, de súbito, a algazarra de um grupo de mouros que haviam entrado no terreiro pô-la em louco sobressalto. Zuleima correu a ver de que se tratava. Anasir seguiu-a. Então, entre os mouros um se destacou. Era Aben-Abed. Zuleima gritou-lhe:

— Por que vens agora, se já abandonaste o que era teu?

Aben-Abed olhou-a com rancor.

— O que é meu é sempre meu!

Vendo-o caminhar para Anasir, Zuleima colocou-se na sua frente, e gritou-lhe:

— Vai-te! Afasta-te do nosso caminho e segue o teu! É melhor assim!

Mas Aben-Abed continuou a caminhar direito a ela, vagarosamente.

Pálida de susto, Anasir parecia ter perdido a fala. Zuleima protegia-a com o seu corpo.

Então, Aben-Abed levantou o alfange, e sem mais palavras cortou de um só golpe a cabeça da velha e dedicada aia.

Louca de aflição, Anasir soltou o sétimo ai, que ficou repercutindo no espaço. Vendo o algóz da que fora a sua segunda mãe, a jovem moura gritou-lhe:

— Maldito sejas, Aben-Abed!

A voz, porém, extinguiu-se-lhe na garganta. O mouro ferira-a no peito. E era mortal, a ferida.

No horizonte surgiu uma mancha de fogo. Aben-Abed fugia pela segunda vez, abandonando as suas vítimas. O silêncio voltou a reinar na casinha do terreiro. Um silêncio profundo. Um silêncio de morte.

Quando o jovem D. Mendo regressou e soube da horrível tragédia, ficou louco de dor. Deu ao terreiro que lhe pertencia o nome de Seteais, em memória da jovem moura que ele tanto amava. Ao sair dali, jurou eterna vingança.

E nunca D. Afonso Henriques chegou a compreender a razão porque o seu súbdito D. Mendo de Paiva se tornara, desde a tomada do castelo de Sintra, um dos mais ferozes caçadores de mouros...

Atualmente o palácio de Seteais é um Hotel 5 estrelas¹⁷ cujos proprietários tiveram o cuidado de manter as características originais deste espaço.

Outros dos temas referidos na coletânea de lendas são os motivos religiosos, evocando e recordando a bravura dos guerreiros cristãos na luta contra os mouros (muçulmanos), explicando assim o porquê da construção de determinada ermida. Com traços semelhantes a outras histórias religiosas, a lenda “Nossa Senhora de Melides” (p. 49-50 - parte II) distingue-se pela etimologia fantástica que integra.

Já no que se refere à Lenda da origem da Capela da Peninha, em todas as quatro versões a história remete sempre para a época de D. João III, quando, perto da Peninha, em Sintra (e, em algumas versões, especifica-se, em Almoinhas Velhas¹⁸), uma rapariga muda pastoreava um rebanho e encontra uma imagem da Virgem que assinala o local onde será erigida a capela.

Através da obra *Contributos para o Estudo das Lendas de Nossa Senhora da Peninha*, Maria Teresa Caetano refere que a Lenda Peninha (nas suas várias versões) subsistiu ao longo dos séculos na tradição oral das gentes dos lugares próximos, e ainda é possível encontrá-la no saber das gentes da Malveira e arredores.

¹⁷ “Palácio de Seteais”. Disponível em: www.patrimoniocultural.gov.pt. Consultado em 10/02/2019

¹⁸ “**Almuinhas/Almoinhas Velhas** é uma pequena localidade situada no noroeste do concelho de Cascais, localizada na freguesia de Alcabideche, no distrito e área metropolitana de Lisboa, Portugal. Limita a nordeste com o Arneiro, próximo da Malveira da Serra. “Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/AlmuinhasVelhas>. Consultado em 26/08/2019.

Conclusão

Alcançados alguns degraus na abordagem ao estudo da obra de Luiz da Cunha Oliveira, a primeira conclusão que se nos impõe é que esta coletânea de lendas concentra conhecimentos e revela pormenores sobre algumas povoações de Sintra que estão a cair no esquecimento coletivo.

Considerando que a lenda tem como função social preservar histórias fantásticas ou fantasiosas, criadas pela imaginação ou pelas convicções dos seres humanos, e que se radicam em lugares determinados, podemos dizer que, em Sintra, as lendas encontraram um bom lugar para se fixarem e se fazerem sentir. É um local com espírito que ainda hoje encerra muitos mistérios. A paisagem, o mar, as lendas, as tradições, o seu povo peculiar, e todo um misticismo indescritível fazem de Sintra um lugar rico em literatura popular de tradição oral. Este cenário bucólico, mas sombrio, em que o medo coexiste com a superstição permitiu alguns equívocos entre o real e o fantástico, construindo-se verdadeiros contos de arrepiar, povoados de sombras misteriosas e tentações do Diabo. Outros relatos procuraram fixar acontecimentos ocorridos em locais específicos, ou explicar a origem de certos monumentos, ou ainda de algumas designações. Este tipo de narrativa foi o que seduziu Luís da Cunha Oliveira e o levou a constituir a sua recolha, obra a que dedicámos o presente trabalho.

Nos últimos decénios, a sociedade mudou muito, mas não a vontade de dinamizar e de dar a conhecer este património, como é visível no trabalho que está a ser feito por diversas entidades em Sintra.

A lenda parte de um facto que se apresenta como verdadeiro, ao que acresce a efabulação, o lado enigmático, o maravilhoso, seja ele cristão ou pagão, mas com ação localizada num espaço e num tempo que se pretendem concretos. É esta localização que nos parece que pode constituir uma via para a preservação deste património. Assim, apesar de sabermos que estamos a lidar com textualidades extremamente variáveis (porque estes textos, sendo de tradição oral, sofrem ajustes, fruto de formas diferentes de recontar cada lenda), valorizamos a sua fixação por escrito, tanto quanto possível em articulação com os espaços a que se referem, como estratégia de sedimentação

acrescida. Neste sentido, só podemos concordar com Maria Teresa Caetano que, na sua entrevista, nos fala da necessidade de contar para preservar mas, também, da pertinência de projetos editoriais.

Luís da Cunha Oliveira pôde, ainda, recolher um pouco da tradição oral no seu ambiente natural ao efetuar algumas recolhas mais próximas da memória e das tradições locais. Por isso, decidimos recuperar a sua obra a fim de a divulgar e de identificar os locais a que se refere. Esperamos que este contributo possa constituir uma base e um estímulo para o aproveitamento desta recolha no quadro da valorização do património material e imaterial do concelho de Sintra.

Bibliografia

- ALBERTI, V. (2005). *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.
- ALBERTI, V., FERNANDES, T.M. e FERREIRA, M.M. (orgs.) (2000). *História oral: desafios para o século XXI* [online], Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- ALMEIDA, José Francisco de (1880). *Guia de Portugal, Sintra, Colares e Arrabaldes*, Lisboa: Typographia de J. C. A. Almeida.
- AUGUSTO, António Carlos (1997). *Ramalhão, O Tempo e As Gentes*, Sintra: Associação de Professores de Sintra.
- AZEVEDO, José Alfredo da Costa (1982). *Velharias de Sintra IV, Memórias Paroquiais*, Sintra: C.M. de Sintra.
- BECKFORD, William, (1901). *A côrte da Rainha D. Maria I: correspondência de W. Beckford*. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso.
- BETTELHEIM, Bruno (1995). *Psicanálise dos Contos de Fadas*, Lisboa: Bertrand.
- BOIM, Miguel (2014). *Sintra Lendária*, Sintra: Zéfiro.
- BRAGA, Teófilo (2002). *Contos tradicionais do povo português*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- CAETANO, Maria Teresa (1993). *Etnografia da Região Saloia*. Sintra: Instituto de Sintra.
- CAETANO, Maria Teresa (1999). *Contributos para o estudo das lendas de Nossa Senhora da Peninha*, Sintra: Instituto de Sintra.
- CARMO, H. & Ferreira, M. (1998). *Metodologia da Investigação: Guia para auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- CASCUDO, Luís da Câmara (1944), *Os Melhores Contos Populares de Portugal*, Rio de Janeiro: Dois Mundos Editora.
- CORREIA, J. Diogo (1957). "Toponímia estremenha", *Boletim da Junta de Província*, nº 41, p. 37-45.
- COSTA, Rodrigo Simões da (1941). *Sintra e seus arredores*, Lisboa: Centro Tipográfico Colonial.

- CUNHA, A.R da (1908). "O Solar de Ribafria", *Cynthia*, nº4, p. 10.
- CUNHA, A.R da (1912). "A Gruta da Fada", *Cynthia*, nº 6, p. 39.
- DIAS, Isabel Barros (2012) - "As fontes ínfimas da historiografia. Remissões para a tradição oral em textos de matriz afonsina", in Natalia Fernández Rodríguez e María Fernández Ferreiro (eds.), *Literatura Medieval y Renacentista en España: Líneas y Pautas*, Salamanca: La Semyr.
- FERNANDES, J. A. Rodrigues (1888). *Cintra, Collares e seus arredores*, Lisboa: J. A. Rodrigues Fernandes.
- FERREIRA, Fernando Bandeira (1962). "Nótula acerca da ermida de S. Mamede de Janas", *Revista de Guimarães*, nº 72, p. 337-364.
- FERREIRA, Vergílio (1998). "Louvar e Amar Sintra, Fontanelas", in *Sintra Património da Humanidade*, Sintra: Câmara Municipal de Sintra, p.24.
- FRAGOSO, A. (2000). "Avaliação de Projetos Sociais: O Caso do Projeto Entre-mães", *Revista de Educação*, nº 2, p. 15-25.
- FRAZÃO, Fernanda (2006). *Passinhos de Nossa Senhora - Lendário Mariano*, Lisboa: Apenas Livros.
- FREITAS, S. M. de. (2002): *História Oral: possibilidades e procedimentos*, São Paulo: Associação Editorial Humanitas.
- GUERRA, Olívia, (1967). *Roteiro Lírico de Sintra*, Lisboa: Escola Tipográfica das Oficinas de S. José de Lisboa.
- HERCULANO, Alexandre (1982). *Opúsculos*, Lisboa: Ed. Presença.
- JACKSON, Lady Catherine (2007). *A Formosa Lusitania*, Sintra: Caleidoscópio.
- JORDAM, F. A. (1874). *Relação do Castello, e Serra de Cintra, e do que ha que ver raro em toda ella*, Coimbra: officina de Francisco Luiz Ameno.
- JUROMENHA, Visconde de (1838). *Cintra Pinturesca*, Lisboa: Nova edição.
- JUROMENHA, Visconde de (1905). *Cintra Pinturesca, com notas de António A. R. da Cunha*, Lisboa: Empreza da História de Portugal.
- KLACEWICZ, Ana Carolina (2009). *Lendas, mitos e história: estudo sobre as narrativas polonesas e gregas*. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br>. Consultado em 30/04/2018.

- LICHNOWSKY, Príncipe, (1942). *Portugal em 1842*, Lisboa: Imprensa Nacional.
- MACHADO, José Pedro (2003). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, Lisboa: Livros Horizonte.
- MANIQUE, A.; Proença, M. (1994). *Didáctica da História Património e História Local*, Lisboa: Texto Editora.
- MARQUES, Gentil (1997). *Lendas de Portugal*, Lisboa: Círculo de Leitores.
- OLIVEIRA, L. T. (2010). "A História Oral em Portugal", *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 63, p. 139-156. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/2436>. Consultado em 02/05/2019.
- PARAFITA, Alexandre (2001). *Antologia de contos populares*, Lisboa: Plátano Editora.
- PEDROSO, Consiglieri (2000). *Contos populares portugueses*, Lisboa: Ulmeiro.
- PIEIDADE, Fr. António da (1707). *Santuário Mariano e História das imagens milagrosas de nossa Senhora*, Lisboa: Antonio Pedrozo Galram.
- PIMENTEL, Alberto, (1908). *A Extremadura portuguesa*, Lisboa: Empresa da História de Portugal.
- PINHO LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de (2006). *Portugal antigo e moderno*, Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão.
- PROPP, Vladimir (2003). *Morfologia do conto*, Lisboa: Veja.
- QUIVY, R. ; Campenhoudt, L.V. (2003). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva.
- REALISTA, Susana Grilo (2006). *A memória social e as lendas : levantamento documental e oral das lendas da Serra e da Vila de Sintra*, Sintra: edição de autor.
- ROSA, Ana Paula Filipe de Amorim Alves, (2012). *Os arquivos das paróquias do município de Sintra: contributo para a sua reconstituição*. Tese de mestrado, Ciências da Documentação e Informação (Arquivística), Lisboa: Faculdade de Letras.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1978). *História de Portugal: Estado, Pátria e Nação (1080-1415)*, Lisboa: Verbo.
- SILVA, César da (1859). *D. Carlota Joaquina : chronica episodica*, Lisboa: João Romano Torres.

SOUSA, António Caetano (1947). *História Genealógica dos Reis de Portugal*, Coimbra: Atlântida.

SOUSA, Maria Leonor Machado de (2000). *Contos populares portugueses*, Lisboa: Vega.

STOOP, Anne de, (1986). *Quintas e palácios nos arredores de Lisboa*, Lisboa Editora: Livraria Civilização.

THOMPSON, P. (2000). *The voice of the past*, Oxford, UK: Oxford University Press.

VASCONCELOS, José Leite de (1902). “A Xorca de ouro de Cintra”, *O Arqueólogo Português*, nº 1, p. 155-156.

VASCONCELOS, José Leite de (1882). *Tradições populares de Portugal*, Porto: Editora: Livraria portuense de Clavel & companhia.

WEITZEL, António Henrique (1995). *Folclore literário e linguístico*, Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Webgrafia

“Abrunheira, Terra com História” de Silvestre Félix, publicados no extinto blogue “Aldeia Viva” durante 2007 e 2008 (Corrigido e atualizado pelo autor em 2011). Disponível em: <https://algueirao-memmartins.blogspot.com/vale-de-porcass.html>, consultado em 10/05/2019.

“Adens: ORNITOLOGIA”. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/adens>, consultado em 20/06/2019.

“A indignada nota de J.L. de Vasconcelos sobre a venda para o estrangeiro do Colar de Sintra (1902)” – disponível em: <https://pedrastalhas.blogspot.com>. Consultado em 15/04/2019.

“Almuinhas/Almoinhas Velhas”. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/AlmuinhasVelhas>. Consultado em 26/08/2019.

“A Quinta da Ribafria (Lourel)”. Disponível em: <http://parquesejardins.sintra.pt>. Consultado em 20/06/2019.

“Arquivo Municipal de Sintra”. Disponível em: <http://www.arquivoonline.cm-sintra>. Consultado em 20/02/2019.

“Cabo da Roca”. Disponível em: www.sintraromantica.net. Consultado em 12/02/2019.

“Centro Interativo Sintra Mitos e Lendas”. Disponível em: <http://www.sintraromantica.net>. Consultado em 20/03/2019.

“Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial de 2003”. Disponível em: <http://translate.google.http://portal.unesco.org/culture/en/ev.phpURL>. Consultado em 29/09/2019.

DOMINIQUE, Ottavi. *Mito e alteridade infantil*. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php>. Consultado em 02/10/2019.

FERREIRA, Gustavo Oliveira (2017). “A ciência como estratégia social: as atividades científicas de Domingos Vandelli nas redes clientelares de Portugal”. Disponível em: [https://digitalis.uc.pt/ptpt/livro/ciência como estratégia social atividades científicas d e domingos vandelli nas redes](https://digitalis.uc.pt/ptpt/livro/ciência%20como%20estrat%C3%A9gia%20social%20atividades%20cient%C3%ADficas%20d%20e%20domingos%20vandelli%20nas%20redes). Consultado em 02/09/2019.

“Museu interativo abre portas em Sintra para mostrar "mitos e lendas" da vila”. Disponível em: <https://www.publico.pt>. Consultado em 20/03/2019.

“O Caminheiro de Sintra, Fonte dos noivados”. Disponível em: <https://palacio-de-sintra.blogspot.com/lenda-da-fonte-dos-noivados-em-sintra.html>. Consultado em 07/04/2019.

“O colar de Sintra”. Disponível em: <https://pedrastalhas.blogspot.com/o-colar-de-sintra-o-caso-e-bem.html>. Consultado em 24/09/2019.

“O Penedo dos ovos”. Disponível em: <https://antikuices.blogspot.com/historia-sintra-o-penedo-dos-ovos-ou.html>. Consultado em 15/08/2019.

“Palácio de Seteais”. Disponível em: www.patrimoniocultural.gov.pt. Consultado em 10/02/2019

“Taxa de Analfabetismo”. PORDATA. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+analfabetismo+segundo+os+Censos+total+e+por+sexo>. Consultado em 30/10/2019.

Periódicos:

Jornal de Sintra, nº 2147, de 6 de setembro de 1975.